



Câmara de Campinas avalia quebra de decoro de vereador investigado por violência doméstica

PÁGINA 13

Prefeito cassado pode concorrer a deputado

Ex-prefeito de Campinas, Dr. Hélio, cassado em 2011, foi convidado pelo deputado federal Aécio Neves, na sede do PSDB de Brasília, a entrar no partido e a disputar uma vaga nas eleições de 2026

PÁGINA 12

Prefeito de Sorocaba tentou lucro on-line

Polícia Federal afirmou que o prefeito afastado, Rodrigo Manga (Republicanos), tentou transformar próprias investigações em fonte de ganho financeiro nas redes sociais, e publicou vídeos após ser alvo de operação.

PÁGINA 15

Alesp celebra mês da Consciência Negra

PÁGINA 9



Agência SP

Acqua Vias SP vence leilão de travessia de balsa

O grupo foi o vencedor do leilão na sede da Bolsa de Valores de São Paulo e apresentou um desconto de 12,60% sobre o valor de referência do edital, que previa uma contraprestação anual média de R\$ 461,18 milhões, superando três concorrentes. Tarcísio de Freitas destacou os impactos econômicos do projeto. A PPP, que integra o Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP), prevê investimentos de R\$ 2,5 bilhões para modernizar e ampliar 14 linhas de travessias no litoral paulista, na região metropolitana de São Paulo e no Vale do Paraíba.

PÁGINA X

Hortolândia: vice-prefeito afastado

PÁGINA 14

Rio faz descaso com os 200 anos de D. Pedro II

Muitos cariocas e fluminenses vão dizer que o dia 2 de dezembro é o Dia Nacional do Samba. Mas poucos vão dizer que a data marca os 200 anos de nascimento de Dom Pedro II. Um dos cariocas mais ilustres da história brasileira, que não será lembrado pelos governantes do Rio.

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Vereador pede volta de convênio com Detran

Airton da Farmácia (PSD-SP) de Campinas (SP) frisa que a fiscalização é necessária para segurança de alunos e trabalhadores, mas que a duplicidade nas vistorias gera peso burocrático e financeiro para o setor de transporte escolar

PÁGINA 12

JOSÉ A. MIGUEL

O Estadão e a família Mesquita

PÁGINA 2

EDITORIAL

O Brasil que precisa se redescobrir

PÁGINA 2

Igor Alisson/Inova Unicamp



Pesquisadora da Faculdade de Ciências Aplicadas

Biodegradável pode substituir plástico

Pesquisadoras da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp desenvolveram tipo de filme biodegradável capaz de substituir plástico na indústria alimentícia, em embalagens de alimentos perecíveis. Base do material é um tipo de amido encontrado em alimentos como milho, batata, arroz e trigo.

PÁGINA 13

Divulgação



Revisão não altera a estrutura geral do Plano aprovado em 2021.

Mairiporã faz audiência sobre Plano Diretor

A atividade integrou o processo de atualização da legislação urbanística, prevista em lei, e teve participação de moradores, técnicos e representantes

PÁGINA 11

Rogério Capela/ Prefeitura de Campinas



Saúde, ônibus e segurança são as principais demandas de Campinas (SP), segundo Orçamento Cidadão; prefeitura convoca mais participação popular

PÁGINA 12

Divulgação



A Pinacoteca do Estado de São Paulo, que hoje se encontra no bairro da Luz, na capital Paulista, já teve uma fase itinerante e agora está prestes a completar 120 anos.

PÁGINA 10

Sérgio Cabral*

Violência e Economia

A concessionária de energia Light acaba de anunciar dados estarrecedores sobre as perdas de energia com os “gatos” praticados em diversos pontos do Rio de Janeiro. São mais de 1,3 bilhão de reais de prejuízo por ano! De dezembro de 2024 a abril de 2025 mais de 1,3 mil transformadores superaqueceram como consequência de gatos feitos pelos “donos” dos territórios em diversos bairros e favelas do Rio.

Isso não é pouca coisa! E não é diferente na perda das operadoras e concessionárias de outros serviços públicos. Na perda da receita de milhares de famílias e de comerciantes, que são obrigados a pagar uma taxa, todo mês, pela sua existência naquela comunidade.

A menor perda financeira que essas famílias, comerciantes e concessionárias vivenciaram foi nos anos de 2008 a 2014, período do meu governo. O meu primeiro ano, 2007, foi inteiramente dedicado à recuperação da gestão do estado. Assumi em janeiro sem os funcionários públicos terem recebido o 13º

salário e sem dinheiro em caixa para honrar o primeiro mês do ano.

Para pagamento da gigantesca dívida herdada junto aos credores do estado realizamos pregões reversos, isto é, estabelecíamos um valor disponível e quem oferecesse o maior desconto do que tinha a receber era pago. Diminuímos para menos da metade o número de secretarias. Mas a partir de 2008 refizemos o desenho orçamentário do estado, priorizando fortemente a segurança pública, a saúde, a educação e o transporte de alta capacidade (metrô, trens e barcas), sem perder de vista o fortalecimento da gestão fazendária - não havia concurso para auditor da receita desde 1989.

A nossa atuação na política de segurança teve uma visão holística sobre os seus desafios. A começar pela valorização salarial dos nossos profissionais da área. Como exigir desempenho dos verdadeiros heróis anônimos sem o pagamento de um salário digno? Como exigir performance sem a realização de concursos

públicos para a troca de experiências geracionais e oxigenação? Como exigir desempenho sem oferecer uma frota de veículos decentes para o seu uso? Como exigir dos nossos profissionais perspectivas, se na escolha dos seus chefes o que prevalecia era o dedo político externo à corporação? Como exigir coragem se suas armas eram aquém das usadas pelos criminosos? Como exigir melhoria dos índices se não havia uma política de reconhecimento pela redução da criminalidade? Como exigir estratégia, tática e uniformidade nas ações sem um centro integrado de comando e controle e sem uma cidade da polícia?

Segurança Pública é gestão. Isso que nos permitiu atrair tantas empresas e investimentos em todo o estado, que nos permitiu ser anfitriões de grandes eventos, que nos permitiu, enfim, dar ao estado do Rio de Janeiro destaque positivo perante o Brasil e o mundo, naquele período.

*Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho

OUTRAS PÁGINAS NO BRASIL E NO MUNDO

José Aparecido Miguel (*)

O Estadão e a família Mesquita. Tarcísio de Freitas, bolsonarista, atrai eleitores de Lula. Os denisovanos e o ser humano na Terra

1-SANDRO VAIA publica um belo artigo sobre – especialmente - O Estado de S. Paulo, o extinto JT – Jornal da Tarde – e família Mesquita. Quem gosta de jornalismo deve ler. Eu cheguei nele via um post do jornalista Francisco Ornellas. Para ler o artigo do jornalista Sandro Vaia, basta clicar no LINK: <https://piaui.folha.uol.com.br> (...) (REVISTA PIAUÍ)

2-JANJA, LULA E GRANA. Governo Lula dá mais R\$ 28 milhões à organização que contrataria Janja. OEI é campeã em ganhos milionários. Por Davi Soares. A Organização dos Estados Ibero-Americanas para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) foi contratada pela estatal de notícias Empresa Brasil de Comunicação (EBC), no fim de setembro, por R\$ 23 milhões, e já reajustou ganhos para R\$ 27,9 milhões, no último dia 7 de novembro. O órgão internacional chegou a oferecer a Janja o cargo de coordenadora da Rede Ibero-Americana para a Inclusão e a Igualdade, criada recentemente para combater desigualdade na educação e promover cultura e direitos humanos nos países membros. A primeira-dama chegou a aceitar o cargo, no início de 2023, participar de cerimônias, mas não exerce a função oferecida após o governo recuar. (...) (DIÁRIO DO PODER)

3-TARCÍSIO ATRAI ELEITORES DE LULA. Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, tem base mais diversa que Bolsonaro e atrai simpatia de eleitores de Lula, aponta pesquisa. 22% dos que dizem gostar do governador votaram no petista no segundo turno da última eleição. (...) (O ESTADO DES. PAULO)

4-MANDATO DE PETISTA É AMEAÇADO. POR COMEMORAR PRISÃO DE JAIR BOLSONARO. Vereadora do PT pode perder mandato por comemorar prisão de Bolsonaro. Publicado por Guilherme Arandas. A vereadora Brisa Bracchi, do PT, é acusada por colegas de ter utilizado R\$ 18 mil em emendas impositivas para apoiar uma festa realizada após a decretação da prisão domiciliar de Jair Bolsonaro. Com informações do Metrôpoles. O caso motivou a abertura de uma Comissão Especial Processante em agosto deste ano, a partir de denúncia do vereador Matheus Faustino. (...) (DCM – Diário do Centro do Mundo)

5-POR QUE OS DENISOVANOS PODEMOS AJUDAR ajudar a entender como nos tornamos os únicos humanos na Terra. Por

Juan Francisco Alonso. O Homo sapiens é hoje a única espécie humana que caminha sobre a Terra, mas nem sempre foi assim. Há cerca de 50 mil anos, nossa família compartilhava o planeta com ao menos outros dois grupos: os neandertais e os denisovanos. Acerca dos denisovanos, contudo, quase nada se sabia até este século. A falta de informações intriga pesquisadores, sobretudo porque pesquisas recentes sugerem que essa linhagem desempenhou papel fundamental para a continuidade da humanidade. ‘O elo perdido?’ Os denisovanos entraram no radar da ciência em 2010, quase que por acidente. Naquele ano, pesquisadores do Instituto Max Planck, da Alemanha, extraíram o DNA de um fóssil de dedo e de um molar encontrados dois anos antes em uma caverna em Denisova, na Sibéria russa. As peças eram consideradas pertencentes a um neandertal. O resultado da análise genética, contudo, trazia uma surpresa. “Os cientistas esperavam encontrar um genoma de neandertal, mas, ao examiná-lo, perceberam que era algo único”, afirma Fernando Villanea, professor de antropologia da Universidade do Colorado Boulder (EUA-Estados Unidos da América), em entrevista à BBC News Mundo, serviço de notícias em espanhol da BBC. A nova linhagem recebeu o nome do local onde foi encontrada. Pelo descobrimento e por estabelecer as bases de “uma disciplina científica completamente nova, a paleogenômica”, o geneticista sueco Svante Pääbo ganhou o Prêmio Nobel de Medicina em 2022. Quer ler mais? Clique no LINK: <https://www.bbc.com> (...) (BBC NEWS BRASIL)

6-PESCA, LAVAGEM E DESVIOS. Entidades de pesca têm indícios de lavagem e desvios, mostra Coaf. Por Natália Portinari. Relatórios do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) enviados à CPMI – Comissão Parlamentar de Inquérito Mista - do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social - apontam movimentações financeiras atípicas das entidades de pesca, levantando suspeitas de lavagem de dinheiro e de desvio de recursos públicos. As entidades são suspeitas de fraudar o seguro-defeso, benefício pago a pescadores artesanais que entrou na mira da Polícia Federal e da CGU (Controladoria-Geral da União) após o número de beneficiários disparar nos últimos anos. As colônias de pescadores, em nível municipal, têm acordo com federações estaduais que, por sua vez, são coligadas em uma confederação nacional. A maior, hoje, é a CBPA (Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura). (...) (UOL)

7-SOBRENOMES CURIOSOS. IBGE mostra brasileiros com sobrenomes Picanha, Arroz, Pizza e Frango. Levantamento do IBGE revela os sobrenomes inspirados em comida, como Picanha, Churras, Cervas, Arroz, Pizza e Frango. Por Gabriela Francisco. Um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trouxe algumas curiosidades sobre os sobrenomes mais diferentes do Brasil. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022, há 24 pessoas com o sobrenome Churras e 32 com Picanha, além de 175 indivíduos registrados como Cervas e 135 com o sobrenome Farofa. Tem ainda Pizza (948), Calabresa (84), Atum (37) e Marguerita (62). Não para por aí. Os sobrenomes Arroz (33), Feijão (mais de 3 mil), Fritas (mais de 1,4 mil), Salada (59), Bife (511), Frango (495) e Peixe (3.831) também aparecem no levantamento do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nomes diferentes - O Brasil tem 4.309 nomes diferentes utilizados por até 20 pessoas, de acordo com os dados do IBGE. Entre os nomes incomuns estão: Abao, Beck, Cea, Ie, Protassio e Xuane. (...) (METRÓPOLES)

8-IMPASSE NA COP-30 - Semana termina com impasse e Brasil propõe reflexão aos países na COP30 – Conferência do Clima. Presidência sugere que países avaliem cenário a partir do Acordo de Paris; Corrêa do Lago também aposta na chegada de ministros de Estado. Por Fernando Nakagawa. A primeira semana da COP30 termina com impasse em quatro pontos de grande diferença entre países ricos e pobres. 1. financiamento climático; 2. proteção comercial com argumento ambiental; 3. diferença na ambição dos países com relação às metas climáticas; e 4. dúvidas sobre a transparência e critérios dos dados. Sem avanço nesses quatro tópicos, o Brasil tenta uma nova abordagem – quase filosófica. (...) (CNN BRASIL)

9-PIX INCOMODA TRUMP. 5 anos de Pix: sistema de pagamento instantâneo do Brasil inspira outros países e incomoda Trump, presidente dos EUA-Estados Unidos da América. Pix molda o futuro do dinheiro. (...) (O ESTADO DE S. PAULO)

(*) José Aparecido Miguel, jornalista, diretor da Mais Comunicação-SP, trabalhou em todos os grandes jornais brasileiro - e em todas as mídias. E-mail: jmigueljb@gmail.com

EDITORIAL

Setor de serviços otimista com fim de 2025

O final do ano batendo à porta envolve tanto a movimentação do comércio, com o aumento das vendas em vários setores, que vão desde presentes, festas, alimentos, quanto a necessidade de planejamento financeiro pessoal para evitar gastos excessivos. Para economizar, é crucial fazer um diagnóstico das finanças, pesquisar preços com antecedência, planejar festas e presentes, aproveitar promoções como a Black Friday e, principalmente, evitar compras de última hora.

Municípios não perdem tempo e, muitos deles, em todo o país, lançam programas para pagamentos de impostos e taxas com descontos de juros e multas que vão até 100%. Motivo: estão de olho no aumento da arrecadação de tributos para suprir os cofres públicos que têm pagamentos de décimo-terceiros dos servidores públicos municipais, estaduais e federais.

O setor de serviços é outro que consegue aumentar uma boa fatia de seu faturamento. O período de festas e férias (novembro, dezembro e janeiro) gera um movimento atípico e, consequentemente, reflete positivamente nos

ganhos financeiros. E mais: exige reforço nas equipes para atender à demanda extra, o que gera novos postos de trabalho. Aliás, o setor é um dos mais otimistas em relação à abertura de vagas temporárias, o que também serve como porta de entrada para uma possível efetivação, caso o profissional se destaque.

Entre os que mais se destacam, estão os ligados ao turismo, lazer, alimentação fora do lar, e serviços pessoais - como salões de beleza, clínicas de estética, entre outros - que mostram um aumento significativo no movimento.

Ou seja: o final de ano é um período crucial e dinâmico para o setor de serviços, exigindo um planejamento estratégico cuidadoso para aproveitar as oportunidades de crescimento e mitigar os desafios inerentes à sazonalidade da demanda.

A divulgação da Pesquisa Mensal de Serviços, feita pelo IBGE, agora no início desse mês, mostra que o setor de serviços, o que mais emprega no país, cresceu 0,6% na passagem de agosto para setembro, marcando oito meses seguidos de alta, nos quais soma expansão de 3,3%.

O Brasil que precisa se redescobrir

O lançamento da Trilha Amazônia Atlântica, agora reconhecida como a maior trilha sinalizada da América Latina, não é apenas mais um feito no calendário oficial de políticas públicas. É, acima de tudo, um lembrete contundente de que o Brasil precisa investir de forma estratégica nos seus roteiros turísticos ligados à natureza, ao esporte e à cultura. Com 468 quilômetros de extensão, atravessando 17 municípios, 13 áreas protegidas e seis territórios quilombolas, o percurso paraense evidencia o quanto somos naturalmente privilegiados e como ainda exploramos pouco esse patrimônio.

A trilha, estruturada pelo Ministério do Turismo e pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, nasce como um marco de ecoturismo, mas carrega consigo algo maior: uma filosofia de desenvolvimento que compreende

a conservação como ativo econômico, e não entrave. Ao conectar áreas protegidas, comunidades tradicionais e atrativos históricos, o projeto oferece ao visitante uma imersão autêntica na cultura amazônica, aproximando o turista do cotidiano de populações extrativistas, pescadores, agricultores e artesãos. É turismo que revela, valoriza e fortalece raízes.

A grande lição por trás da iniciativa é o protagonismo local. Como destacou a secretária-executiva do Ministério do Turismo, Ana Carla Lopes, a trilha coloca em evidência comunidades antes invisibilizadas: quem faz o tacacá, quem produz o artesanato, quem vive da floresta e com ela. Ao dar visibilidade a esses trabalhadores, abre-se espaço para renda, reconhecimento e pertencimento. Mais que uma rota turística, a Trilha Amazônia Atlântica é um mecanismo de justiça territorial.

Opinião do leitor

Bem de corpo e alma

Nutricionistas alertam para o perigo de optar por uma dieta baseada no consumo de gordura com fonte de energia. Segundo especialistas, a longo prazo, as consequências desse tipo de alimentação são danosas porque a gordura exige que o organismo trabalhe mais.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: VARGAS CRIA MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

As principais notícias do Correio da Manhã em 14 de novembro de 1930 foram: Coronel João Alberto nega que tenha dado dinheiro para o Correio da Manhã. Brasil, finalmente, entra em um regime político com os ideais republicanos desejados pelos militares em 1889.

Vargas cria o Ministério da Educação e Saúde, a ser comandado por Francisco Luiz da Silva Campos. Novos interventores no Norte.

HÁ 75 ANOS: TROPAS DA ONU CHEGAM A FRONTEIRA COM A MANCHÚRIA

As principais notícias do Correio da Manhã em 14 de novembro de 1950 foram: Tropas da ONU empurram as tropas soviéticas para a fronteira da Manchúria. Repercuta na ONU a decisão do litígio colombo-peruano. Novamente em discussão na Câmara a posição do Exército

diante de Vargas. CCJ da Câmara debate reforma judiciária no Distrito Federal. Minas Gerais divulga os resultados das eleições.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
redacao@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-202
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

PINGA-FOGO

■ O RIO PERDE A CHANCE DE SER O PROTAGONISTA DOS 200 ANOS DE D. PEDRO II POR DES-CASO DOS NOSSOS GOVERNANTES COM A HISTÓRIA - É inacreditável como o Rio renega o seu papel de relevância na história e desdenha a sua importância como centro da vida Nacional. É efeito da falta de bairrismo. Pergunte a 10 cariocas ou fluminenses o que acontecerá no próximo dia 02 de dezembro? Nove vão dizer que é o Dia Mundial do Samba e um não vai saber responder. É inacreditável.

■ No próximo dia 02 de dezembro, o Brasil comemora os 200 anos do nascimento do Imperador D. Pedro II. O nosso carioca mais ilustre, nascido no Palácio de São Cristóvão e que repousa na Catedral de Petrópolis.

■ O que está sendo planejado para os 200 anos de D. Pedro, que governou o Brasil por seis décadas e uma das figuras mais emblemáticas da história brasileira? Absolutamente nada.

■ O único a comemorar será o Museu Imperial de Petrópolis que fará um ciclo de palestras e o seu diretor Maurício Vicente Junior, que participará de algumas mesas redondas.

■ No Palácio de São Cristóvão, hoje o Museu Nacional em reconstrução, não teremos nada. Na cidade na qual Pedro Alcântara nasceu não está previsto nada no calendário oficial. Estado e capital estão omissos em uma data tão significativa. As secretarias estaduais e municipais de Cultura e de Educação estão omissas.

■ A cidade de Petrópolis, em penúria financeira, vai deixar a data passar em branco. E em Brasília, com o Ministério da Cultura e da Educação, nada acontecerá. O único evento previsto é a reabertura do Som e Luz do Museu Imperial, com lei de incentivo do Governo do Estado e só. Será o mesmo espetáculo só que terá nova tecnologia.

■ A data é pertencente ao Rio e o nível de omissão é incompreensível. O Rio foi a capital do Reino português e aqui D. Pedro II reinou pelo período mais longo da história. Isso não significa absolutamente nada para os nossos governantes. Em tempo: o Palácio Guanabara foi a residência da Princesa Isabel.

■ A BRAVATA DO MARIDO DA MINISTRA DE LULA - Curiosa a bola de cristal do deputado Federal Lindbergh Farias afirmando que “haverá operação da Federal” para acabar com o “braço político” das facções criminosas no Rio. Afirmou isso no programa de uma emissora de tv noticiosa.

■ Bola de cristal ou informação privilegiada? O caso fica mais delicado já que o parlamentar é casado com a ministra Gleisi Hoffman do governo Lula.

■ VACINADO CONTRA A MOSCA AZUL - O Governador Claudio Castro não se anima com as conversas sobre a sua entrada na eleição presidencial de 2026. Quem puxa este assunto com ele perde ponto. Ele não está mordido pela mosca azul e só tem um foco: terminar o mandato de governador ou na hipótese de arrumar a



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Fotos: Brunno Dantas e Rafael Oliveira/TJRJ



Desembargadora do TRF 2ª Região, Letícia de Santis Mello; vice presidente do TRF 2ª região, Marcus Abrahan; ministro do STJ, Luis Felipe Salomão; Ministro do STJ, Marco Aurélio Bellizze; desembargador TRF 2ª Região, Flávio Oliveira Lucas; presidente do TRF 2, Luiz Paulo

da Silva Araújo Filho; Ministro do STJ, Antônio Saldanha Palheiro; presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto; desembargadora do TRF da 2ª Região, Liliane Roriz; corregedor regional da justiça federal da 2ª Região, desembargador federal Firly Nascimento



Ministro do STJ, Marco Aurélio Bellizze com o desembargador Elton Leme



Desembargador Mauro Martins; desembargador Fábio Uchoa



Ministro do STJ, Antonio Saldanha Palheiro com o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto



Presidente do TJRJ, des. Ricardo Couto com corregedor regional da justiça federal da 2ª Região, des. federal Firly Nascimento



Ministro do STJ, Marco Aurélio Bellizze; juíza federal titular da 5ª vara federal criminal, Adriana Cruz; ministro do STJ, Luis Felipe Salomão; desembargador Mauro Martins



Ministro do STJ, Antonio Saldanha Palheiro; ministro do STJ, Marco Aurélio Bellizze



Presidente do TRF 2, Luiz Paulo da Silva Araújo Filho; desembargador Elton Leme



Presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto; ministro do STJ, Luis Felipe Salomão; desembargador Fábio Uchoa; Ministro do STJ, Marco Aurélio Bellizze

casa, sair candidato ao Senado pelo Rio. Fora isso, ele sabe que é papo de bajuladores ou, pior, de inimigos querendo que ele vire vitrine. Castro tem pé no chão e não se embriaga com o momento de popularidade.

■ PAES E O PAPA: AUDIÊNCIA PAPAL MARCADA A JATO - O prefeito Eduardo Paes marcou ponto junto à comunidade conservadora, e principalmente, ao ser recebido em Roma pelo Papa Leão XIV e ao convidá-lo ofi-

cialmente para uma visita ao Rio para os 100 anos do Cristo Redentor em 2031.

■ O convite para centenário do Cristo foi feito após receber primeiro o sinal verde da Santa Sé para a ideia e a audiência de Eduardo Paes teve um efeito político calculado, também pela igreja do Rio, que é simpática à sua candidatura ao Governo do Rio. A ideia do convite subiu em pleno Corcovado na visita do Príncipe de Gales William ao monumento no dia 05 e

foi agenda em tempo recorde, uma demonstração de prestígio do prefeito.

■ Este vínculo com a igreja católica é outro elo entre o prefeito Eduardo Paes e o Governador Cláudio Castro.

■ O XADREZ POLÍTICO DE EDUARDO PAES - Abençoado agora até pelo Papa, Eduardo Paes vive um momento de maturidade política exemplar. Saiu de cena em plena repercussão da operação Contenção, soube captar o sen-

timento da população. Para ele, se o jogo político continuar como está, ele ganha no primeiro turno.

■ Tudo que o seu grupo político não deseja são fatores surpresa, como colocar uma eleição suplementar no meio do caminho. Os avisos já foram dados em todas as direções, inclusive para Brasília. Desarrumar as peças do tabuleiro do xadrez político, com jogo tão favorável, é o pior dos cenários. Do jeito que está hoje, Paes só perde para ele mesmo.

Tribunal Regional Federal da 2ª Região reúne lideranças do judiciário no Rio

Uma medalha concedida a personalidades que se destacam pela contribuição à valorização e ao aprimoramento do Poder Judiciário. A Cerimônia de Outorga da Medalha de Mérito Judiciário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) foi marcada pelo simbolismo da união. A solenidade ocorreu nesta sexta-feira, 14 de novembro, no plenário do TRF2.

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), desembargador Ricardo Couto de Castro, foi um dos homenageados e definiu a honraria como um momento de integração dos trabalhos realizados pela Justiça.

“Essa medalha simboliza um vínculo de união e unidade entre as Justiças estadual e federal. É um misto de alegria e de certeza de que continuaremos caminhando juntos. Esses vínculos vêm se estreitando cada vez mais”, afirmou.

Além do presidente do TJRJ, receberam a comenda os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão, Antonio Saldanha Palheiro e Marco Aurélio Bellizze.

Antonio Palheiro, que é oriundo do TJRJ, destacou que a cerimônia reforça o caminho para uma Justiça cada vez mais conectada. “As diversas instituições que compõem o Poder Judiciário estão, cada vez mais, se integrando e se harmonizando para construir um sistema de Justiça melhor”, completou.

O presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, discursou antes da entrega da medalha ao desembargador Ricardo Couto de Castro e relembrou, com emoção, a trajetória profissional e a amizade que os une.

“Ao gerir o TRF2 simultaneamente com o presidente Ricardo Couto de Castro no TJRJ, estou aprimorando a minha gestão. A maior sorte que eu poderia ter é estar agora na presidência do TRF ao lado de Vossa Excelência no TJRJ, meu querido amigo Ricardo Couto de Castro”, declarou.

O ministro Marco Aurélio Bellizze também destacou o caráter simbólico da homenagem. “Muito orgulho de poder estar aqui no TRF2, um Tribunal especial para mim, recebendo essa homenagem ao lado de pessoas tão especiais. A medalha que hoje está sendo entregue a mim e aos demais homenageados é um símbolo da união da magistratura, da ligação entre os magistrados de primeiro e segundo graus com os ministros e com aqueles que levam a bandeira da Justiça Federal no país”, completou.

Tales Faria

Em busca de relator aliado, Motta paralisa PL do devedor contumaz

O projeto de lei complementar (PLP) número 125 de 2022, chamado Código de Defesa do Contribuinte, estava parado no Congresso, mas voltou a tramitar por conta da Operação Carbono Oculto. Foi quando a Polícia Federal identificou mais de 60 postos de combustíveis, empresas de fachada, fundos de investimento e fintechs usados para lavar dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo, Piauí, Maranhão e Tocantins. O governo federal notou que o PLP, que regulamenta a figura do devedor contumaz, pode ser usado contra os fraudadores e deu um impulso ao projeto, de autoria do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A opinião pública se sensibilizou

e o texto foi aprovado no Senado por unanimidade (71 votos a zero) no dia 2 de setembro. Chegou à Câmara sete dias depois e os deputados já aprovaram a urgência na tramitação para mandar o projeto diretamente ao plenário, sem passar pelas comissões. O devedor contumaz é definido como o contribuinte com dívida injustificada, superior a R\$ 15 milhões e correspondente a mais de 100% do seu patrimônio conhecido. Em âmbito estadual e municipal, o texto considera como devedor contumaz quem tem dívidas com os fiscos de forma reiterada (por pelo menos quatro períodos de apuração consecutivos ou seis alternados no prazo de 12 meses) e injustificada. Ou seja, o projeto combate a prática de empresas que deixam de pagar

tributos de forma reiterada como parte de sua estratégia de negócio. Daí porque passou a ser popularmente chamado de “PL do Devedor Contumaz”. O texto oferece ao Tesouro um ganho fiscal estimado em até R\$ 14 bilhões anuais, apenas considerando o setor de combustíveis, sem a necessidade de criar um novo imposto. No total, a Receita Federal calcula que são pelo menos mil empresas com uma dívida de R\$ 240 bilhões que podem ser enquadradas como devedoras contumazes. Um grupo de oito frentes parlamentares do Congresso lançou, no final de setembro, manifesto conjunto em apoio ao avanço do projeto. O documento defende que a modernização do sistema tributário brasileiro, com segurança jurídica para contribuintes

regulares, trará a recuperação de até R\$ 30 bilhões por ano com o combate ao crime organizado fiscal. Na sexta-feira (14), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, cobrou pressa: “A lei do devedor contumaz inibe essa prática e evita que o criminoso lave o dinheiro e irrigue o crime organizado novamente. [...] Depois do Carbono Oculto, o Senado votou por unanimidade. Assim, eu espero que não seja preciso outro evento desse tamanho para a Câmara se sensibilizar.” No entanto, passados mais de dois meses do envio do projeto à Câmara, assim como mais de duas semanas desde que a urgência para a votação foi aprovada pelos deputados, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-

PB), ainda não destacou um relator. O temor do governo é que Motta tenha freado a tramitação por causa exatamente do aporte ao Tesouro que ocorrerá com a aprovação do projeto. Ao esticar a corda, Motta estaria, mais uma vez, pressionando o governo a ajudar seu pai, Nabor Vanderley, na disputa ao Senado pelo Republicanos da Paraíba. Estaria também à procura de um relator com o perfil daquele que escolheu para relatar o Projeto de Lei Antifacção, o secretário licenciado de Segurança de São Paulo, Guilherme Derrite (Progressistas-SP). Derrite está na quinta versão do relatório em que tentou diminuir atribuições e recursos da Polícia Federal, assim como equiparar facções criminosas a organizações terroristas.

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Bia Kicis desarruma o jogo de Ibaneis

Uma direita que não se une

Na época do regime militar, costumava-se dizer que “a esquerda só se une na cadeia”. Era uma crítica dos opositores ao fato de que as diferentes correntes ideológicas o que mais faziam era brigar entre si, dificultando, assim, o combate à ditadura militar. Nesta terceira era Lula, há, porém, sinais de quem não consegue se unir é a direita. Diante da falta da referência do principal

nome do segmento – o ex-presidente Jair Bolsonaro, prestes a ir para a prisão –, uma profusão de nomes conservadores, especialmente governadores, ensaia-se para a disputa pelo Planalto. E o mesmo vai acontecendo nas corridas regionais nos estados, para governador e senador. O Distrito Federal é um exemplo concreto de como isso vai se dando.

Ibaneis

Nos últimos dias, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), deu seguidos sinais de profunda irritação no Palácio do Buriti. A razão da sua insatisfação foi o anúncio oficial de que o PL pretende lançar a deputada Bia Kicis como candidata ao Senado pelo partido.

Embolado

Já tínhamos dito aqui no Correio Político que a disputa pelas duas vagas do DF no Senado poderia ficar bem embolada. A entrada de Bia Kicis no jogo pode atrapalhar muito a construção de uma aliança que permita que uma dessas vagas fique para Ibaneis, como pretendia.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Arruda deve disputar DF pelo PSD

Arruda desarrumou o jogo imaginado por Ibaneis

Até há bem pouco tempo, Ibaneis parecia ter o controle tranquilo do que planejava para seu futuro político. A vice-governadora Celina Leão (PP) se tornaria sua sucessora, com o seu apoio. E ele caminharia sem maiores problemas para se tornar senador. A entrada em campo do ex-governador José Roberto Arruda

desarrumou tudo. Arruda deverá se filiar ao PSD para disputar o Buriti. Com uma condenação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Arruda acha, porém, que a recente modificação na Lei da Ficha Limpa, que Lula sancionou, a essa altura não o deixa mais inelegível. Se seu entendimento estiver certo, ele está no páreo.

Senado

Como Arruda ainda nem se filiou ao PSD, não se sabe que nomes comporiam sua chapa para o Senado. Mas, se ele entrar forte como parece, pode vir a puxar para as vagas nomes do campo conservador. Como, talvez, o deputado federal Fred Linhares (Republicanos).

Michelle

As pesquisas apontam grande chance de uma das vagas para o Senado ser de Michelle Bolsonaro (PL). Se o PL tiver Bia Kicis como outro nome, complica-se a vida de Ibaneis. A não ser que o PL esteja fora da aliança para eleger Celina Leão governadora do Distrito Federal.

Belmonte

Outro fator a embolar o jogo pela direita é a aliança entre a deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania) e o ex-senador José Antonio Reguffe (Solidariedade). Uma aliança pelo centro que pode tirar votos da direita. Reguffe é sempre um nome bem votado no DF.

Esquerda

Toda essa movimentação pode acabar dividindo o campo. Especialmente se quebrar a chance de uma única chapa. Aí, talvez a esquerda possa beliscar votos. Levantamento do Paraná Pesquisas mostra Michelle e Ibaneis à frente. Mas Leila Barros (PDT) não está tão longe.

Debate sobre crime organizado marca semana

Câmara pode votar PL Antifacção na terça-feira

Por Rudolfo Lago

Depois da semana passada que adiaram a votação do PL Antifacção, projeto que governo e oposição disputam a autoria para promover o combate ao crime organizado, as estratégias nos dois campos inverteram-se. Como já adiantara o Correio Político na terça-feira (11), a estratégia inicial do governo na semana passada era adiar a votação, diante do quadro naquele momento que apontava para uma vitória da oposição. Agora, o governo inclina-se por votar o projeto. E é parte da oposição, especialmente os governadores, que ensaia defender um prazo maior.

A estratégia do governo na semana passada desmontou o acerto que o presidente da Câmara, Hugo Motta (PB), fizera para entregar no colo do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, a solução para o problema de segurança pública, que as pesquisas apontam como a maior preocupação do brasileiro neste momento. Motta e Tarcísio são do mesmo partido, o Republicanos, e Tarcísio é apontado como a principal opção no campo da oposição para enfrentar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na corrida presidencial de 2026.

Nesse prisma, Hugo Motta resolveu escolher para relatar o PL Antifacção, um projeto do Executivo, o então secretário de Segurança do governo de São Paulo, Guilherme Derrite. A primeira versão de um relatório que modificava a proposta do governo foi elaborada ainda no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista. Tarcísio, então, exonerou Derrite, que retornou à Câmara para relatar o projeto. Erros, porém, na condução, atrapalharam a tática de Motta e Tarcísio.

“Blindagem”

Na versão inicial de seu relatório, Derrite propunha que ações da Polícia Federal (PF) nos estados só poderiam ser feitas com autorização prévia dos governadores. Para o campo da oposição, inicialmente não parecia má ideia. A aposta da oposição era de que o governo não tinha projeto claro para a segurança, e que governadores do campo da oposi-



Governadores de oposição pediram o adiamento da votação

ção vinham fazendo bom trabalho no combate à criminalidade. Reforçar, portanto, o papel dos governadores, especialmente o papel de Tarcísio, no caso, parecia boa estratégia.

A partir de uma iniciativa do líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), porém, a tática falhou. Lindbergh, seguido por outros militantes, foram às redes sociais dizer que isso era uma nova estratégia de “blindagem” dos parlamentares. A maior derrota recente do campo oposicionista foi quando a Câmara aprovou o que ficou conhecido como “PEC da Blindagem”. A PEC estabelecia que operações policiais contra parlamentares só podiam ser feitas com autorização do Congresso. Após a aprovação na Câmara, os partidos governistas mobilizaram as ruas em grandes manifestações. O Senado acabou derrubando a PEC por unanimidade. A estratégia foi dizer que essa mudança tinha o mesmo propósito.

Há no momento dezenas de parlamentares que vêm sendo alvos de investigações a partir das várias fases da Operação Overclean, que apura desvios de recursos de emendas ao Orçamento. A tática governista foi apontar que exigir aval prévio dos governos estaduais para operações da PF seria uma forma de proteger esses parlamentares, muitos deles aliados dos governadores. Hoje, a PF faz suas operações sem aval do Executivo, mas a partir de autorizações judiciais.

Terrorismo

O segundo ponto polêmico na primeira versão do relatório de Guilherme Derrite era a equiparação do tráfico de entorpecentes ao crime de terrorismo. Essa ideia há tempos é defendida pela oposição, que batizou tal equiparação de “narcoterrorismo”.

No caso, a perda do apoio à ideia veio de setores do empresariado. Por conta de uma outra estratégia errada da oposição – quando o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) viajou aos Estados Unidos para estimular o presidente Donald Trump –, o Brasil já vinha sofrendo pesadas sanções comerciais por conta do tarifaço. A adoção da ideia do “narcoterrorismo” poderia justificar novas sanções comerciais, prejudicando os negócios brasileiros.

Poderia ainda justificar intervenções mais graves. Desde o atentado às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos passaram a adotar uma estratégia que batizaram de “guerra ao terror”. Essa estratégia justifica intervenção em qualquer situação na qual os EUA se sintam internamente ameaçados.

Quarta versão

A reação fez Derrite, então, recuar. Retirou os dois pontos do seu relatório. Desde então, seu texto já passou por quatro diferentes versões. A que se pretende levar à votação na terça-feira (18), no entanto, ainda recebe críticas tanto de setores do governo quanto da oposição. O Ministério da Justiça afirma, por exemplo, que a última versão

STF nega recursos de Bolsonaro. Veja o que acontece

Por Rudolfo Lago

Por unanimidade, os quatro ministros que integram a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negaram os recursos apresentados pelos advogados do ex-presidente Jair Bolsonaro e dos demais réus que integram o que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, chamou de “núcleo crucial” da tentativa de golpe. A Primeira Turma no momento está com somente quatro integrantes porque Luiz Fux, o único que tinha votado pela absolvição dos réus, pediu para passar para a Segunda Turma e não participa mais dos julgamentos.

A negativa dos ministros estreita a possibilidade de novas ações dos defensores dos réus e faz aproximar o momento do chamado “trânsito em julgado”, o momento em que não há mais possibilidade de recursos e a sentença determinada passa, então, a ser cumprida. Há uma previsão de que isso venha a acontecer no início do mês de dezembro. Até



Defesa de Bolsonaro ainda tem algumas possibilidades

lá, os advogados poderiam ainda tentar novos recursos.

Protelatórios

Diante da decisão da Primeira Turma com relação aos recursos agora, avalia-se que essa tática agora só tivesse caráter protela-

tório. Mas a tentativa de recurso é um direito dos réus. No caso, foram negados “embargos declaratórios”. São recursos nos quais já não há a possibilidade de reverter a sentença. Mas que abordam eventuais dúvidas com relação à decisão dos ministros que, na óti-

pode retirar mais de R\$ 360 milhões ao ano de fundos federais de combate ao crime e redirecioná-los para governos estaduais.

Governadores

Apesar desse aceno aos governos estaduais, um dos fatores que evitou a votação do projeto na semana passada foi justamente a reação dos governadores de oposição. Na quarta-feira (12), eles vieram a Brasília para uma reunião com Hugo Motta. E, de maneira inusitada, naquele momento uniram-se ao governo para pedir o adiamento.

Governadores como Claudio Castro (PL), do Rio de Janeiro, e Ronaldo Caiado (União Brasil), de Goiás, consideram ter produzido ações importantes no combate ao crime organizado. E reclamaram na reunião, que Derrite produziu seu relatório sem ouvi-los. Caiado fez explicitamente essa reclamação na reunião. Castro chegou a pedir a Hugo Motta que adiasse a votação do relatório por 30 dias. No caso, pareceu haver uma desconfiança de que a estratégia era fazer somente Tarcísio de Freitas lucrar com a iniciativa.

O problema para Motta é que novo adiamento poderá desgastar a sua imagem. Ao escolher Derrite e colocar o tema em votação, ele pretendia que a Câmara desse uma resposta rápida ao problema da segurança pública depois da operação policial no Rio nos Complexos do Alemão e da Penha. Via-se agora em apuros com uma tática que pareceu não agradar a nenhum dos lados.

ca dos advogados, precisariam ser sanadas.

Agora, há dois caminhos possíveis para as defesas. O primeiro seria apresentar novos embargos declaratórios, apontando a existência ainda de outras dúvidas que precisariam ser sanadas.

O segundo seria a apresentação dos chamados “embargos infringentes”. Esses podem questionar as penas aplicadas a partir de algum entendimento divergente dos ministros. Ocorre, porém, que no julgamento inicial só houve divergência de Luiz Fux. E pode prevalecer um entendimento que os embargos infringentes só poderiam ser pedidos se houvesse dois votos divergentes.

Ao negar novo recurso, a Primeira Turma poderá determinar o trânsito em julgado. No caso de um embargo infringente, o relator do processo, Alexandre de Moraes, pode decidir sozinho. Mas os advogados poderiam pedir uma revisão do colegiado. Todos esses julgamentos acontecem em plenário virtual.

Decisão de Trump eleva para 26% exportação livre

Segundo Alckmin, percentual anterior era de 23%

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) afirmou neste sábado (15) que a decisão de Donald Trump de reduzir tarifas sobre a importação de carne bovina, tomate, café e banana fez subir de 23% para 26% o valor das exportações brasileiras para os Estados Unidos livre de tarifas extras. A decisão de Trump foi anunciada na sexta-feira (14).

O cálculo apresentado por Alckmin considera a balança de exportações para os EUA no último ano, que alcançou cerca de US\$ 40 bilhões. O aumento desse percentual se deve, em maior parte, à retirada das alíquotas para o suco de laranja, que já tinha sido decidido antes.

De acordo com o vice-presidente, pouco mais de US\$ 10 bilhões das exportações brasileiras devem ficar sem as tarifas adicionais impostas pela gestão Trump.

Isso não significa que os produtos ficam com tarifa zero, porque pode haver tarifas antigas já cobradas, menores que as aplicadas pelo atual presidente americano.

“Nós tínhamos, com tarifa zero, 23% da exportação brasileira, que no ano passado foi, em números redondos, US\$ 40 bilhões. O terceiro principal destino da exportação brasileira [são os Estados Unidos]. Isso era 23% e, com essa decisão, aumentou para 26% a exportação brasileira zerada, praticamente sem alíquota”, explicou Alckmin, em entrevista coletiva.

“Foi positivo e vamos continuar trabalhando”, disse o vice-presidente aos jornalistas.



Para Alckmin, ainda há distorções a serem corrigidas

Distorções

O vice-presidente disse que a redução das tarifas, anunciada ontem por Trump, é um avanço, mas que há uma “avenida de trabalho” pela frente para corrigir o que ele chamou de “distorções”.

Ele afirmou que, apesar de a taxa global de 10% ter sido removida para uma série de produtos, o Brasil ainda permaneceu com a sobretaxa de 40%, ainda “muito alta”.

A tarifa extra de 40% é cobrada sobre diversos produtos brasileiros. O café, por exemplo, recebeu a redução dos 10% anunciada por Trump na sexta, mas segue com as sobretaxas altas. Ele disse que o impacto do tarifaço segue impactando o Brasil na concorrência com outros países, mas a decisão de Trump é “boa, na direção correta”.

Pressões internas

Alckmin atribuiu a decisão de Trump a um conjunto de fatores. Alguns deles seriam a sensibilidade do governo americano com o aumento dos preços dos produtos tarifados, a pressão do empresário americano e estrangeiro e o esforço da diplomacia brasileira para solucionar o impasse.

Na sexta (14), o presidente dos Estados Unidos assinou medida para reduzir tarifas sobre a importação de carne bovina, tomate, café e banana, em movimento voltado para controlar a inflação dos alimentos no país após o tarifaço.

Entre outros países exportadores de commodities, as medidas podem beneficiar o Brasil, maior produtor global de café e segundo maior pro-

dutor de carne bovina, atrás apenas dos EUA, segundo dados do USDA (Departamento de Agricultura dos EUA).

O decreto publicado por Trump, no entanto, se aplica apenas à alíquota de 10% das chamadas “tarifas recíprocas” impostas em abril a todos os países. A sobretaxa de 40% sobre o Brasil segue em vigor.

A decisão vem após recomendações de autoridades encarregadas de monitorar o estado de emergência nacional declarado por Trump em abril.

O governo citou negociações com parceiros comerciais, a demanda doméstica e a capacidade produtiva americana para suprir o mercado interno como fatores que motivaram a revisão.

Cézar Feitoza (Folhapress)

Eduardo Bolsonaro torna-se réu por coação à Justiça

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, receber a denúncia contra o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) sob a acusação de coação.

Os ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin apresentaram seus votos na sexta-feira (14), primeiro dia de julgamento no plenário virtual do colegiado. Cármen Lúcia acompanhou a maioria no sábado (15). A sessão será encerrada no dia 25, e os ministros podem alterar seus votos até lá.

Nessa fase do processo, os ministros analisam se a denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) traz indícios mínimos de autoria e materialidade que justificam a abertura de um processo penal contra Eduardo. Com a confirmação do resultado, o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro se tornará réu e responderá ao Supremo pelos crimes de que foi acusado.

Em seu voto, o relator Alexandre de Moraes disse que a PGR levantou diversos indícios de que Eduardo atuou nos Estados Unidos para pressionar o Judiciário a suspender o processo contra seu pai na trama golpista.

O crime de coação, para ser configurado, exige que a ação tenha grave ameaça. Para o ministro, ela se materializou na “articulação e obtenção de sanções do governo dos Estados Unidos da América, com a aplicação de tarifas de exportação ao Brasil, suspensão de vistos de entradas de diversas autoridades brasileiras nos Estados Unidos da América e a aplicação dos efeitos da Lei Magnitsky a este ministro relator”.



Para STF, ações de Eduardo nos EUA visavam coagir

“Há relevantes indícios de que as condutas de Eduardo Nantes Bolsonaro tinham como objetivo a criação de um ambiente institucional e social de instabilidade, com aplicação de crescentes sanções a autoridades brasileiras e prejuízos econômicos ao Brasil, como modo de coagir os ministros do Supremo Tribunal Federal a decidir favoravelmente ao réu Jair Messias Bolsonaro, em total desrespeito ao devido processo legal”, completou.

Eduardo Bolsonaro e o jornalista Paulo Figueiredo foram acusados pela PGR de articularem ações junto ao governo do Estados Unidos com o objetivo de intervir nos processos contra Jair Bolsonaro no Brasil.

O procurador-geral Paulo Gonet viu na ação da dupla o crime de coação, que consiste em “usar de violência ou grave amea-

ça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial”.

O processo contra os dois acabou desmembrado. Moraes determinou que Eduardo fosse intimado por edital, sob alegação de que ele dificultava o andamento do processo; já Figueiredo mora nos Estados Unidos há mais de dez anos e será notificado pessoalmente, por meio de cooperação jurídica internacional.

A acusação da PGR diz que Eduardo e Figueiredo, desde o recebimento da denúncia contra Bolsonaro no Supremo, passaram a articular sucessivas e continuadas ações para intervir no processo penal.

“O propósito foi o de livrar Jair Bolsonaro, e também o próprio Paulo Figueiredo, da condenação penal pelos crimes que

ensejaram a abertura de procedimentos criminais”, afirmou o procurador-geral, Paulo Gonet na denúncia de coação. “As ameaças foram reiteradas várias vezes, em diferentes ocasiões”, acrescentou.

“Os denunciados ameaçavam as autoridades judiciais e de outros Poderes com a promessa de que conseguiriam de autoridades norte-americanas sanções dispostas para dificultar e arruinar suas vidas civis, mesmo no Brasil, se o processo criminal não tivesse o fim que desejavam ou se a anistia extensiva necessária e prioritariamente a Jair Bolsonaro não fosse pactuada e conseguida no Congresso Nacional.”

“Perseguição”

Em nota conjunta divulgada após a denúncia, a dupla disse que a acusação revelava a “perseguição política em curso”. Eles ainda dizem que a acusação é “fajuta” e chamam a equipe de Paulo Gonet na PGR de “lacaio de Moraes”.

Já o defensor público Antonio Ezequiel Inácio Barbosa, responsável pelo caso, pede ao Supremo que a acusação por coação não seja levada à frente porque o tipo penal exige violência ou grave ameaça para ser configurado.

“Declarações sobre fatos políticos, ainda que críticas, ácidas ou contundentes, não constituem violência nem grave ameaça. Especificamente, esta última pressupõe promessa de mal futuro que dependa da vontade e do poder de quem ameaça. Se o agente não tem poder de concretizar o mal anunciado, não há grave ameaça, mas mera opinião ou prognóstico sobre eventos futuros”, afirma.

Cézar Feitoza (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES



Paulo Gonet teve 45 votos favoráveis para continuar

Base agiu nos bastidores para garantir recondução de Gonet

As estimativas indicavam um placar de 47 a 51 votos favoráveis, mas o número de 45 apoiadores pela recondução de Paulo Gonet na PGR pode ter ligado o sinal de alerta ao governo sobre o que rola nos bastidores do Senado sobre a vaga no STF.

Entre a sabatina na CCJ, cujo placar foi 17 a 10 favorável a Gonet, e a votação no plenário, a base governista se mobilizou para que o indicado não tivesse a rejeição. Senadores buscaram votos

entre centristas e oposicionistas. Como a votação foi secreta, não se sabe se teve traição ou não de algum dos lados, mas, ao que se comenta, seis da base votaram contra e dois da oposição a favor de Gonet.

Alguns podem dizer que a votação foi um parâmetro de como a Casa se comportará com a escolha de Jorge Messias para o STF, já que o favorito dos parlamentares é o ex-presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Oposição

Paulo Gonet perdeu força com a oposição pelo julgamento do golpe de Estado. A prova maior foi a discussão que teve com Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na sabatina da CCJ, a qual teve que ser interrompida por Otto Alencar (PSB-BA).

Manobra

Para garantir o plenário cheio na votação de Gonet, Davi Alcolumbre (União-AP), colocou logo em pauta um projeto do INSS de relatoria de Ricardo Marinho (PL-RN), o que fez a oposição ficar em massa para a aferição de Gonet.



Silvio Almeida foi acusado por Anielle Franco

PF indicia ex-ministro Silvio Almeida por importunação

O caso tramita em segredo de justiça e está sob relatoria do ministro André Mendonça no STF, mas, ao que se sabe, o ex-ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, foi indiciado pela Polícia Federal (PF) por suspeita de importunação sexual contra Anielle Franco (ministra da Igualdade Racial) e a professora Isabel Rodrigues. No caso das

demais vítimas, segundo informações de pessoas que tiveram acesso ao documento, a PF considerou que houve prescrição — quando o Estado não pode mais punir alguém pela prática de um crime ou executar uma pena pelo tempo passado desde o fato. Somadas, as penas podem resultar em 10 anos de reclusão.

Denúncias

As denúncias contra o ex-ministro foram encaminhadas à Organização Me Too e reveladas pelo portal Metrôpoles em setembro do ano passado. Entre as acusações estaria a da ministra Anielle Franco. Silvio Almeida nega as acusações desde que vieram a público.

Anielle

Anielle afirmou à Veja que houve “atitudes inconvenientes” por parte de Almeida, como toques inapropriados e convites impertinentes, mas que ela não os reportou por “medo do descrédito e dos julgamentos”, além da sensação de que a culpa era da vítima, não do agressor.

Indiciamento

O indiciamento é um ato do inquérito pelo qual a autoridade que conduz a apuração relata ter encontrado evidências de que o investigado praticou um crime. Em geral, esse procedimento ocorre ao final da fase policial. Na sequência, o inquérito é enviado ao MP.

Professora

No caso da professora, ela publicou um vídeo em setembro do ano passado acusando o ex-ministro de tê-la tocado sem consentimento durante um almoço na presença de outras pessoas, em 2019, antes de ele se tornar ministro dos Direitos Humanos do governo Lula (PT).

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Número recuou 17,8% no terceiro trimestre

Número de pessoas procurando emprego cai

O contingente de trabalhadores que procuravam emprego há dois anos ou mais recuou 17,8% no terceiro trimestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024. Além disso, o número dos que buscam ocupação há mais de um mês e menos de um ano é o menor já registrado desde 2012. O recorde de baixa no número de desempregados vale também para quem

Faixas	Período
Dessa forma, todas as faixas de tempo de procura apresentaram redução no número de desocupados. A constatação acontece em um cenário em que o país atingiu a taxa de desocupação de 5,6%, a menor já registrada pela série histórica da pesquisa, iniciada em 2012.	A Pnad apura o mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria. Só é considerada desocupada a pessoa que procurou uma vaga 30 dias antes da pesquisa.



Aloysio Mercadante detalha pontos do programa

Brasil Soberano já aprovou R\$ 7,6 bilhões em créditos

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já aprovou R\$ 7,6 bilhões em créditos do Plano Brasil Soberano para empresas afetadas pelo tarifaço americano. De acordo com o presidente do banco, Aloizio Mercadante, isso corresponde a 535 operações solicitadas por 134 empresas de grande

Capital	Informações
“A grande demanda é capital de giro e só tinha capital de giro para você buscar novos mercados, mas muitas dessas empresas estão produzindo para o Brasil. Agora teremos capital de giro em geral”. Essa nova modalidade deve estar disponível a partir do dia 24 de novembro.	“Para poder atender as empresas, repassar recursos para os bancos parceiros e aprovar e liberar os recursos, nós precisamos de uma informação básica: quais são as empresas elegíveis? Quem oferece essa informação é a Receita Federal junto com o Ministério do Desenvolvimento.

Bolsa I	Bolsa II
A Caixa Econômica Federal paga nesta segunda a parcela de novembro do Bolsa Família para os beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 2. Ao todo cerca de 18,7 milhões de famílias receberão o benefício neste mês. Os pagamentos começaram na sexta (14).	Os beneficiários de Rio Bonito do Iguaçu (PR) receberam o crédito na sexta, independente do NIS. A medida foi adotada como resposta imediata à grave devastação provocada pelo tornado que atingiu a cidade em 7 de novembro e pretende garantir apoio emergencial.

Bancos alertam população para golpes na Black Friday

Ofertas irresistíveis e promoções-relâmpago estão entre as armadilhas

Por Martha Imenes

A Black Friday 2025 acontecerá no dia 28 de novembro, que é a última sexta-feira do mês. Embora a data oficial seja esta, muitas lojas e empresas já começam a oferecer promoções antes do dia. Mas, diferentemente de datas comemorativas como o Dia das Mães, o Dia das Crianças ou o Natal — quando os criminosos exploram a emoção e a vulnerabilidade das pessoas —, a Black Friday é marcada principalmente por promoções, tanto em lojas físicas quanto virtuais. Nesse período, a grande expectativa dos consumidores por descontos atrativos torna o ambiente propício para fraudes como o golpe da promoção com contagem regressiva, o golpe da indicação de novos clientes, o uso de celebridades falsas criadas com inteligência artificial e até o tradicional golpe da falsa central de atendimento. Com anúncios e comunicações cada vez mais sofisticados, os fraudadores se aproveitam da pressa e da confiança das vítimas para obter dados pessoais e financeiros ou lucrar com compras que nunca são entregues.

Uma pesquisa do Instituto Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e divulgada em agosto deste ano, mostrou que, nos 12 meses anteriores ao levanta-



Black Friday pode chegar a 89,3 mil tentativas de golpe

mento, um em cada três brasileiros foi vítima de golpe financeiro — cerca de 56 milhões de pessoas — resultando em um prejuízo estimado de R\$ 111,9 milhões.

“As fraudes financeiras evoluíram de ações isoladas para operações altamente estruturadas, que combinam engenharia social, inteligência artificial e técnicas avançadas de persuasão digital. Hoje, o crime cibernético atua com a mesma sofisticação das empresas legítimas — com planejamento, segmentação e uso intensivo de dados. Por isso, a melhor forma de enfrentamento é o fortalecimento da cultura de segurança,

com educação digital contínua e cooperação entre instituições e cidadãos”, destaca Leandro Vilain, CEO da Associação Brasileira de Bancos (ABBC).

Atenção redobrada

Ele reforça ainda a importância da atenção redobrada durante o período de promoções: “Fique atento a sites, mensagens e ofertas que pareçam boas demais para ser verdade. Golpistas costumam usar promoções falsas e links maliciosos para roubar dados pessoais ou instalar vírus nos dispositivos. Antes de clicar, verifique o endereço do site, desconfie de remetentes desconhecidos e nunca com-

Golpe da promoção com temporizador com contagem regressiva

Os consumidores devem ficar atentos a golpes que aparecem de diferentes formas: por e-mail, anúncios em redes sociais ou até mesmo notificações (“push”) de aplicativos. Uma tática comum é exibir um temporizador ao lado de uma oferta aparentemente irresistível. Por exemplo, ao buscar um smartwatch que custa cerca de R\$ 400, o usuário pode se deparar com uma promoção de 50% de desconto válida por apenas um minuto. Essa estratégia pressiona o consumidor a agir por impulso, explorando seu

interesse prévio pelo produto. Nesses casos, a ABBC recomenda desconfiar de ofertas que utilizem esse tipo de pressão e sempre buscar promoções em e-commerces confiáveis, digitando diretamente o endereço do site no navegador ou pelo aplicativo oficial baixado nas lojas da Apple Store ou Google Store. Indicação de novos clientes Nesse tipo de golpe, o mecanismo é parecido com o descrito anteriormente: uma oferta muito atraente, com desconto alto ou condições “boas demais para ser verdade”, mas que exige

uma ação adicional do usuário. Aqui, a pressão vem da obrigação de indicar novos clientes. Por exemplo, o consumidor encontra um conjunto de joias por R\$ 200, mas a promoção só se tornaria válida se ele compartilhasse o link com cinco pessoas. Trata-se de um golpe de phishing (mensagem falsa) em cadeia, que pode estar acompanhado de malware (vírus) capaz de roubar dados pessoais. Em muitos casos, os criminosos usam spoofing (falsificação de página ou rementente), criando páginas que imitam sites de

grandes varejistas para enganar o consumidor e capturar informações sensíveis, causando prejuízos financeiros. A recomendação da ABBC é sempre digitar o endereço oficial da loja diretamente no navegador e desconfiar de promoções recebidas por e-mail, redes sociais ou aplicativos de mensagens. Antes de concluir qualquer compra, verifique a URL na barra de endereços e certifique-se de que o site é legítimo — na dúvida, sempre acione os canais oficiais das lojas ou dos marketplaces.

Uso de imagem de celebridades como isca para aplicar golpes



A bela Gisele Bündchen teve sua imagem recriada por IA por golpistas

tava páginas legítimas. O pagamento era feito via Pix, mas o produto nunca chegava. Em São Paulo, milhões de reais foram movimentados, usando vídeos falsos com a imagem e voz de personalidades como Gisele Bündchen, Angélica, Juliette, Maísa e Sabrina Sato para promover produtos inexistentes. Quatro golpistas foram presos e três estão foragidos.

Atenção redobrada

A ABBC recomenda que os consumidores fiquem atentos a esse tipo de conteúdo. É importante verificar se existem publicações oficiais nas redes sociais da marca ou do artista e denunciar o anúncio à plataforma sempre que houver suspeita de falsificação. Outra orientação é observar atentamente a sincronização entre a voz e a imagem do influenciador — qualquer descompasso pode indicar que o vídeo foi manipulado.

Golpe da falsa central de atendimento

Nunca sai de moda, e com a incidência do período de compras tende a aumentar. Nele, criminosos entram em contato com consumidores se passando por funcionários de instituições financeiras ou operadoras de cartão de crédito. Eles alegam que houve uma tentativa de compra suspeita ou pedem a confirmação de dados bancários. A partir

dessas informações, os golpistas podem acessar contas, realizar transferências ou fazer compras com os dados dos cartões. Bancos jamais solicitam senhas, dados do cartão de crédito ou códigos de segurança por telefone, WhatsApp ou SMS. Qualquer contato suspeito deve ser ignorado, e o consumidor deve procurar o canal oficial da instituição.

Dicas extras

Golpe da “Conta Laranja”: crianças e adolescentes podem ser usados, por meio de jogos on-line ou redes sociais, para que utilizem ou emprestem contas bancárias de seus pais para receber valores de origem ilícita e repassá-los aos criminosos. Essa prática configura o crime de “laranja” e pode ter sérias consequências para os responsáveis. Evite utilizar dados bancários nestas plataformas, use cartões virtuais de uso específico e monitore suas compras on-line.

CORREIO ESPORTIVO

CLASSIFICADOS

Portugal go-leou a Armênia por 9 a 1 no do-mingo (16) no Es-tádio do Dragão, na cidade do Por-to, e terminou em 1º lugar do grupo F nas Eliminató-rias Europeias, garantindo vaga direta na Copa do Mundo de 2026.

A seleção portuguesa não sentiu a falta de seu principal craque, Cristiano Ronaldo, que foi expul-so na rodada anterior na derrota dos portugueses por 2 a 0 para a Irlanda. Na ocasião, CR7 recebeu críticas até mesmo de jo-rnais de seu próprio país. Agora, caso CR7 seja convocado, ele chegará a seis Copas do Mundo dis-putadas.

Muros históricos

O Flamengo comemorou seus 130 anos de funda-ção com a inauguração, no sábado (15), dos “Muros da Gávea”. Os muros da sede rubro-negra foram pintados com momentos históricos do Flamengo.

Celso Barros

No sábado (15), o ex-presi-dente do Fluminense, Cel-so Barros, faleceu, aos 73 anos, vítima de um infarto fulminante. Ele foi velado no salão nobre das Laran-jeiras e será homenageado no Fla-Flu de quarta (19).

Seleção de Portugal



Portugal vai jogar a Copa de 2026

O baile português contou com dois hat-tri-cks, um de João Neves e um de Bruno Fernandes, além de gols de Renato Veiga, Gonçalo Ramos e Francisco Conceição. Spertsyan descontou para a Armênia.

Portugal terminou as Eliminatórias em 1º lugar no grupo F, com 13 pon-tos, enquanto a Armênia terminou em último lu-gar, com 3 pontos.

Na liderança

Na noite do mesmo sába-do, o Fla venceu o Sport, na Arena Pernambuco, por 5 a 1. Com a derrota do Palmeiras por 1 a 0 para o Santos, o Flamengo assu-miu a liderança do Cam-peonato Brasileiro.

São Januário

A troca do gramado de São Januário foi concluí-da e o tapete Cruzmaltino estará à disposição para receber o jogo entre Vas-co e Internacional na sex-ta-feira (28), válido pelo Campeonato Brasileiro.

Base para a Copa do Mundo

Testes de Ancelotti funcionam, e montam base para a Seleção

Por Thiago Arantes (Folhapress)

A Seleção Brasileira saiu do amistoso contra Senegal com uma base pronta para a Copa do Mun-do. Mesmo sete meses antes do torneio, Carlo Ancelotti tem o de-senho de um time titular, com ao menos nove nomes consolidados. Um desenho que foi testado -e aprovado- no Emirates Stadium, em Londres, no sábado (15).

Havia dois testes principais diante dos senegaleses: a entrada de Éder Militão na lateral-direi-ta e a consolidação do sistema com quatro jogadores ofensivos (e sem centroavantes), que já funcionara nos 5 a 0 diante da Coreia do Sul, em outubro. Am-bos foram aprovados.

Militão cumpriu a tarefa de ser um pilar defensivo a mais quando o time não tinha a bola e também se apresentou como opção na frente. Ele até levantou a torcida dando um chapéu em um adversário, ainda no primeiro tempo. Nos últimos lances da eta-pa inicial, ele ainda bloqueou um



Rafael Ribeiro/CBF

Ancelotti já tem uma base para a Copa do Mundo FIFA 2026

chute que tinha endereço certo.

“O Militão está em uma con-dição espetacular, física e men-talmente. Creio que dois anos sem jogar o amadureceram mui-to no aspecto mental. Com essa atitude, ele pode jogar em todas as posições na defesa. Como la-teral-direito, ele foi muito bem. A equipe estava muito sólida

atrás e estamos satisfeitos com isso”, afirmou Ancelotti, em en-trevista após a partida.

Assim, a base de Ancelot-ti para iniciar o Mundial teria Alisson; Éder Militão, Marqui-nhos, Gabriel Magalhães e Alex Sandro (ou Douglas Santos); Casemiro, Bruno Guimarães; Matheus Cunha, Estevão, Ro-

drygo (ou Raphinha, na vaga de um dos três) e Vini Jr.

“Creio que já tinha a espinha dorsal desde antes do jogo de hoje. Óbvio, pouco a pouco, como va-mos chegando nos aproximando da Copa do Mundo, vamos tendo uma ideia mais clara. Como disse na data de outubro, que alguns testes acabaram, e agora seguimos com uma linha mais reta para che-gar bem à Copa do Mundo”, resu-miu o treinador.

O esquema com quatro jogadores ofensivos foi nova-mente testado e funcionou. A equipe foi a campo com Rodry-go aberto na esquerda, Estevão pela direita, Vini Jr. no coman-do do ataque e Matheus Cunha atuando como um segundo ho-mem pelo corredor central.

Ancelotti diz ter 18 nomes certos para a lista final da Copa do Mundo. Como a lista final tem 26 atletas, em tese há ainda oito vagas em disputa. A comissão técnica espera que, até os amistosos de março, a possível lista final esteja ainda mais consolidada.

Rayssa Leal é pentacampeã do STU Rio

Rayssa Leal é pentacampeã do STU Rio. Após assumir a liderança logo na primeira volta, a medalhista olímpica sobrou na Praça do Ó, na Bar-ra da Tijuca (RJ), para garan-tir mais um título.

Rayssa brilhou logo na primeira volta, fez 75,69 e assumiu a primeira coloca-ção. Cada uma das seis fina-listas têm direito a três voltas e a apenas a melhor nota será considerada.

Na segunda tentativa, a medalhista olímpica fez 64,00, não trocou nota e seguiu na liderança. A brasileira se classi-ficou para a grande final com a melhor nota da semi.

A chuva forçou uma bre-ve pausa ao final da segunda rodada. No momento, Rayssa liderava, seguida por Chloe Covell, da Austrália, (70,55) e Keet Olderveuving (58,78), da Holanda.

Rayssa viu todas as com-

petidoras se apresentarem e foi para a “saideira” já campeã. Última a ir para a pista, a bra-sileira viu Chloe sair frustrada após cair na última manobra e não foi ameaçada pelas demais finalistas. Mesmo assim, ela foi para a última volta, caiu ao tentar a manobra especial e correu para o abraço.

“Estou feliz demais. É uma emoção muito grande. Con-segui fazer o que queria, acer-tar as minhas voltas. Estou

animada com tudo este ano. Fico muito feliz com a opor-tunidade de andar de skate aqui no Brasil”, disse Rayssa Leal, à Globo.

A classificação da final

- Rayssa Leal (BRA): 75.69
- Chloe Covell (AUS): 70.55
- Keet Oldenbeuving (HOL): 58.78
- Gabi Mazzetto (BRA): 55.23
- Maria Lúcia (BRA): 40.50
- Isabelly Ávila (BRA): 25.68

INTERNACIONAL

CORREIO NO MUNDO

COLÔMBIA

Após pressão fei-ta pelos EUA para que a Colômbia detenha o narco-tráfico, as Forças Armadas do país sul-americano mataram, em uma semana, 28 pessoas, incluín-do menores de idade, acusadas de envolvimento com grupos de guerrilha e com tráfico de cocaína. Segundo a De-fensoria Pública, seis me-nores de idade que teriam sido recrutados por facções estão entre os mortos em um bombardeio ordenado pelo presidente Gustavo Petro na região amazônica do sul do país.

“Tudo isso é lamentável. É a guerra em seu desdobra-mento doloroso e desuma-no afetando os mais vulne-

Venezuela I

O presidente dos EUA, Donald Trump, disse que já tomou uma decisão sobre uma possível ação militar contra a Venezue-la, país acusado por ele de ter ligações com o narco-tráfico. Ele não disse, po-rém, qual foi a escolha.

Canadá I

No sábado (15), o Vatica-no devolveu 62 artefatos ligados aos povos indíge-nas do Canadá aos bis-pos católicos do país. Em comunicado, disse que a iniciativa é “um sinal con-creto de diálogo, respeito e fraternidade”.

Presidência da Colômbia



Petro está combatendo o tráfico

ráveis: menores recrutados devido à falta de proteção e hoje transformados em alvos militares”, disse a de-fensora Iris Marín. “As forças militares devem adotar to-das as precauções possíveis para proteger as crianças” de acordo com os princí-pios internacionais que “obrigam a avaliar muito cuidadosamente os meios e métodos de guerra para evitar danos desproporcio-nais ou desnecessários”.

Venezuela II

No entanto, Trump afir-mou que sua decisão po-derá ser anunciada em breve. “Não posso dizer qual seria a decisão, mas já me decidi”, disse a repór-teres a bordo do Air Force One, o avião presidencial dos Estados Unidos.

Canadá II

A repatriação dos artefatos indígenas fez parte tam-bém das negociações en-tre a Igreja Católica e os lí-deres indígenas. Em 2022, o falecido papa Francisco fez um pedido de descul-pas histórico aos povos in-dígenas do Canadá.

Aumenta a tensão nuclear

Irã afirma que EUA não estão prontos para negociações nucleares

O ministro das Relações Ex-teriores do Irã, Abbas Araqchi, disse neste domingo (16) que a atual abordagem de Washing-ton em relação a Teerã não indi-ca qualquer disposição para “ne-gociações iguais e justas”, após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ter comentado na semana passada a possibilida-de de discussões sobre o progra-ma nuclear do país persa.

Após o ataque de Israel ao Irã em junho, que foi acompanha-do por uma ofensiva dos EUA contra instalações nucleares ira-nianas, as tentativas de retomar o diálogo sobre o programa nuclear de Teerã fracassaram.

Os EUA, seus aliados euro-peus e Israel acusam Teerã de usar seu programa nuclear como fachada para seus esforços de desenvolvimento da capacidade de produzir armas. O Irã afirma que seu programa nuclear tem fins exclusivamente pacíficos.

Teerã e Washington fizeram neste ano cinco rodadas de ne-



IAEA Imagebank/ Wikimedia Commons

Araqchi diz que EUA não buscam negociações iguais e justas

gociações nucleares indiretas e discutiram a questão do enri-quecimento de urânio em terri-tório iraniano, que os EUA que-rem que o país persa abandone.

“O Irã estará sempre pre-parado para a diplomacia, mas não para negociações em que uma das partes tem o intuito de impor sua vontade”, disse Abbas

Araqchi, durante uma conferên-cia em Teerã intitulada “Direito Internacional sob Ataque”.

Durante a mesma confe-rência, o vice-ministro das Re-lações Exteriores, Saeed Kha-tibzadeh, acusou Washington de perseguir seus objetivos de guerra com “negociações como mera encenação”.

Chefe do crime é capturado no Equador

O presidente do Equador, Daniel Noboa, anunciou neste domingo (16) a captura, na Espanha, do líder da maior quadrilha de narcotráfico do país, conheci-da como Los Lobos, no dia de um referendo crucial para o combate ao crime.

Considerado por muito tem-po um refúgio de paz na América Latina, o Equador viu a violência eclodir nos últimos anos, com gangues rivais ligadas a cartéis me-xicanos e colombianos disputan-do o controle do tráfico de drogas. “Hoje capturamos ‘Pipo’

Chavarría, o criminoso mais pro-curado da região e líder máximo do Los Lobos. O criminoso, que fingiu a própria morte, mudou de identidade e se escondeu na Euro-pa”, escreveu o presidente em sua conta na X.

O ministro da Defesa, John Reimberg, divulgou na mesma rede social que a prisão ocorreu na Espanha. Chavarría “é respon-sável por pelo menos 400 mortes”, acrescentou ele.

A facção Los Lobos é conside-rada a maior organização criminoso do país desde que um líder de um

grupo rival, Los Choneros, foi ex-traditado para os Estados Unidos.

O grupo está envolvido com tráfico de drogas, assassinatos por encomenda e mineração ilegal de ouro. Também foi ligado ao assas-inato do candidato presidencial Fernando Villavicencio, em 2023.

O anúncio foi feito no mes-mo dia em que os equatorianos votam sobre a permissão para o retorno de bases militares estran-geiras e sobre uma nova Consti-tuição que concederia ao gover-no mais poder para lidar com a crescente violência no país.

Antes um oásis de paz na América do Sul, o Equador caminha para registrar o ano mais violento de sua história recente no momento em que os EUA pressionam a região pelo combate ao narcotráfico --inclusive atacan-do barcos no mar do Caribe e no oceano Pacífico sob a acusação de que os veículos carregam drogas.

Além da Constituinte e das ba-ses estrangeiras, estão na pauta do plebiscito o fim da obrigatoriedade de financiamento público de parti-dos e a redução do número de repre-sentantes na Assembleia Nacional.

CORREIO JURÍDICO

POR MARTHA IMENES

Reprodução



Oi terá o processo de recuperação retomado

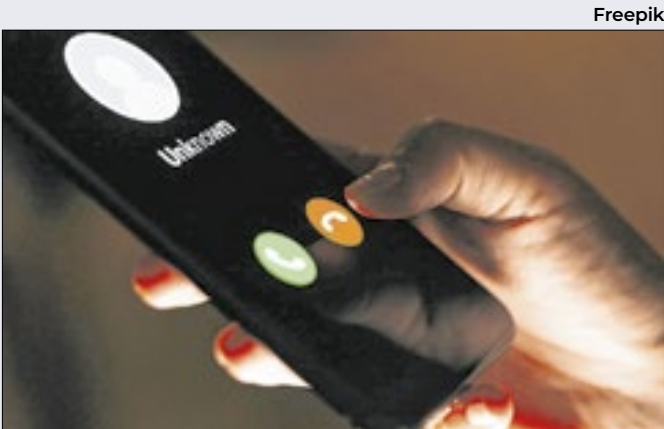
2ª Instância da Justiça do Rio suspende falência da Oi

A segunda instância do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) suspendeu a decretação de falência da Oi e determinou a retomada da recuperação judicial da companhia de telecomunicações, processo que dura quase dez anos. A decisão foi tomada pela desembargadora Mônica Maria Costa, da Primeira Câmara de Direito Privado do TJ-RJ. Ela atendeu a pedidos de bancos credores como Itaú e Bradesco e reverteu a falência que havia sido decretada pela 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro no dia 10. Os bancos sustentaram que interromper o funcionamento da empresa pode gerar prejuízos irreversíveis para credores, clientes e funcionários. Eles pediram nova oportunidade para que a companhia cumpra o plano aprovado na recuperação.

Credores

A desembargadora que analisou o recurso deu razão aos credores, afirmando que a liquidação antecipada e desordenada implicaria em desvalorização abrupta dos ativos da companhia, além de causar prejuízos ao público, devido aos relevantes serviços prestados pela Oi.

Costa determinou a reintegração dos administradores judiciais anteriores e mandou ainda que seja investigada a empresa norte-americana Pimco, gestora de recursos financeiros que acabou ficando com o controle da Oi após a execução de títulos vencidos.



Operadora poderá negociar e organizar dívidas

Meio permite a liquidação planejada dos ativos

Na decisão, a magistrada afirmou que a recuperação judicial é o meio que permite uma liquidação mais “organizada e planejada dos ativos”. Para decretar a falência da Oi, a juíza Simone Gastesi Chevrand havia apontado a insolvência técnica e patrimonial da empresa de telecomunicações. De acordo com a magis-

trada, a empresa acumula dívidas de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão e tem receita mensal de cerca de R\$ 200 milhões, com patrimônio considerado “esvaziado”. Na decisão, a juíza afirmou que “a Oi é tecnicamente falida” e que não há mais viabilidade econômica para o cumprimento de suas obrigações.

Caso Samarco, a tragédia de Mariana

A Justiça da Inglaterra marcou audiências nos dias 17 e 18 de dezembro em que serão definidas as próximas etapas e respectivos prazos do processo judicial de responsabilização da mineradora anglo-australiana BHP pelo crime socioambiental provocado pelo rompimento de uma

barragem da Samarco, em Mariana, Minas Gerais. Na sexta-feira (14), o Tribunal Superior de Justiça de Londres condenou a BHP pelo crime, ocorrido há uma década, em 5 de novembro de 2015. A empresa é acionista da Samarco, que liberou 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos.

Outubro de 2026

Está marcado para outubro de 2026 o início das audiências em que o magistrado responsável pelo caso irá mensurar os prejuízos gerados às vítimas das mineradoras. A estimativa é de que dure cerca de 6 meses. Segundo a advogada Caroline Narvaez, sócia do Pogust Goodhead,

escritório que representa famílias que tiveram seus direitos violados pela Samarco e a BHP, alguns casos servirão de referência para se calcular o valor dos danos às pessoas em situações semelhantes, como o de certas vítimas que se tornarão representativas de um grupo.



Gabriel Jabur/Agência Brasília

Horário de intervalo é usado para tirar dúvidas de alunos em muitas ocasiões

Supremo decide que recreio integra jornada de professores privados

Com a decisão, todos os processos suspensos voltarão a tramitar

Por Martha Imenes

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o intervalo de recreio escolar integra a jornada de trabalho de professores de escolas e faculdades particulares.

O advogado Lucas Mori de Resende, explica que esses intervalos não contavam como horário de trabalho e eram abatidos da carga horária.

“Por exemplo, professor deveria ficar 6 horas diárias na escola para cumprir a jornada de trabalho dele. Mas na pática ele ficava 7 horas ou mais por conta dos intervalos. As escolas só contavam como tempo de trabalho o período dentro de sala de aula”, diz o advogado.

Com a decisão do STF a escola agora terá que contar esse tempo de intervalo como se em sala esses professores estivessem ou vão precisar dar esse tempo como efetivo descanso”, complementa.

Ou seja, o professor não vai poder ficar olhando aluno durante o intervalo, o que acontece em muito lugar

ou então, eles ficam tirando dúvidas, finaliza o especialista em Direito Administrativo Trabalhista, sócio do Resende Mori Hutchison.

Pelo entendimento dos ministros, a regra é que o recreio faz parte da jornada. Contudo, os empregadores poderão comprovar na Justiça do Trabalho casos em que os profissionais se dedicam exclusivamente a atividades pessoais durante o intervalo.

Antes da decisão, o recreio deveria ser computado obrigatoriamente, sem exceções, como parte da jornada de trabalho, ou seja, tempo à disposição do empregador.

A partir de agora, no caso de uma eventual disputa judicial, o tempo à disposição deve ser comprovado em cada caso concreto.

Constitucionalidade

O STF julgou a constitucionalidade de decisões da justiça trabalhista que reconhece-

ram que o período de recreio sempre faz parte da jornada de trabalho dos profissionais. O caso chegou ao STF por meio de um recurso protocolado pela Associação Brasileira das Mantenedoras de Faculdades (Abrafi). A entidade questiona decisões do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre a questão.

Discordância

O relator do caso, ministro Gilmar Mendes, discordou do entendimento de que o período

de recreio deve ser computado obrigatoriamente.

O Supremo finalizou o julgamento e o entendimento do relator foi seguido pelos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, André Mendonça, Nunes Marques, Dias Toffoli e Cármen Lúcia.

O presidente do STF, Edson Fachin, que tinha votado sobre a questão, foi o único vencido. Para ele, os intervalos devem ser computados como tempo à disposição das escolas.

Em março do ano passado, Gilmar Mendes determinou a suspensão nacional de todos os processos que tratam do tema para aguardar o posicionamento final do STF sobre a questão. Com o fim do julgamento, os processos vão ser retomados e deverão seguir o novo entendimento da Corte.

Justiça proíbe posto de exigir que mulher trabalhe de legging

Rovena Rosa/Agência Brasil



Postos não podem exigir que mulheres usem leggings no trabalho

A Justiça do Trabalho em Pernambuco decidiu que um posto de gasolina, no Recife, não pode exigir que frentistas trabalhem com calça legging e camiseta cropped. O nome do posto não foi divulgado.

Calças legging são justas, indo da cintura até o tornozelo. Camiseta cropped tem comprimento curto.

A sentença é da juíza Ana Isabel Guerra Barbosa Koury, da 10ª Vara do Trabalho da capital. Ela atendeu pedido do sindicato da categoria para impedir o estabelecimento de exigir o uso das vestimentas.

Descumprimento

O sindicato informou à justiça que o posto descumpriu a convenção coletiva dos frentistas e violou a dignidade das trabalhadoras, submetendo as empregadas a situações de constrangimento e assédio sexual.

Ao analisar o caso, a magistrada disse que o uso de roupas justas e curtas promove a “objetificação” das mulheres e constrangimentos.

“Tal vestimenta, em um ambiente de trabalho como um posto de combustíveis – de ampla circulação pública e majoritariamente masculino –, expõe, de forma desnecessária, o corpo das trabalhadoras, desviando a finalidade protetiva do uniforme para uma objetificação que as torna vulneráveis ao assédio moral e sexual”, disse.

Uniformes adequados

A juíza também ressaltou que a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria obriga o fornecimento de uniformes adequados.

“Embora a norma não especifique o modelo, a interpretação teleológica e em conformidade com os princípios constitucionais de proteção ao trabalhador impõe que o uniforme seja adequado à função e

ao ambiente laboral, garantindo segurança, higiene e, sobretudo, respeito à dignidade do empregado”, completou.

Com a decisão, o posto terá cinco dias para entregar uniformes gratuitos, que preservem a dignidade e a segurança das trabalhadoras, como calças sociais ou operacionais de corte reto e camisas ou camisetas de comprimento padrão.

CORREIO PAULISTA



Proposta segue agora para votação em plenário.

PL reforça transparência no bloqueio de cartões

O Congresso de Comissões da Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou, nesta quarta-feira (12), o Projeto de Lei 1315/2023, de autoria do deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor (Republicanos), que obriga instituições financeiras a comunicar previamente os clientes em casos de bloqueio, suspensão ou cancelamento de cartões de crédito ou débito. O texto recebeu parecer favorável e segue agora para votação em plenário. A proposta determina que a comunicação seja feita

imediatamente às pessoas usuárias, por meio de mensagem, ligação, e-mail ou aplicativo, sempre que houver bloqueio efetivado ou programado. O objetivo, segundo o autor, é reduzir constrangimentos e garantir transparência no relacionamento entre bancos e consumidores. Wilson afirma que a iniciativa foi motivada por reclamações recorrentes em órgãos de defesa do consumidor e em seu gabinete, envolvendo bloqueios inesperados que causam prejuízos e atrasos em compras.

Frente discute políticas de saúde

A Assembleia Legislativa de São Paulo sediou, na quinta-feira (13), a segunda reunião da Frente Parlamentar pela Saúde Bucal, que marcou os 40 anos da fluoretação das águas na Grande São Paulo. Proposto pelo deputado Mauro Bragato (PSDB), o encontro foi realizado em parceria com o Centro Colaborador em Vigilância da Saúde

Bucal (Cecol) da Faculdade de Saúde Pública da USP. Especialistas defenderam a ampliação de políticas públicas de prevenção e de acesso a cuidados odontológicos, além da atualização das tecnologias de vigilância. Criada em 1985 pela Sabesp e pela Secretaria estadual da Saúde, a fluoretação resultou em avanços significativos.

Larissa Navarro/Alesp



O debate tratou da necessidade de regulamentação.

Alesp debate preservação de aeroclubes paulistas

A Assembleia Legislativa de São Paulo realizou, na quinta-feira (13), audiência pública com pilotos e representantes de aeroclubes para discutir medidas de preservação das associações e escolas de aviação civil. O debate, proposto pelo deputado Tenente Coimbra (PL), tratou da redução do número de aeroclubes no estado e da necessidade de regulamentação que garanta sua continuidade. Participantes relataram preocupação com a falta

de incentivos públicos e com ameaças de fechamento. O deputado federal Coronel Tadeu (PL-SP), também piloto, defendeu a criação de cursos públicos de formação de pilotos em universidades federais. Todas as manifestações serão reunidas em documento a ser encaminhado ao governo estadual, pedindo ações contra riscos como especulação imobiliária. Segundo Coimbra, 36 aeroclubes paulistas estão ameaçados de despejo.

Setor aéreo mobiliza debate no ILP

O Instituto do Legislativo Paulista (ILP) da Assembleia Legislativa de São Paulo realizou, na última quinta-feira (13), encontro virtual sobre turismo, desenvolvimento regional e o setor aéreo brasileiro. O evento, em parceria com a Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig),

reuniu finalistas do Prêmio Marco Maciel para discutir boas práticas e propostas inovadoras nas Relações Institucionais e Governamentais (RIG), alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Em 2024, o setor aéreo brasileiro registrou aumento de 10% nas operações.

Acqua Vias SP vence leilão e vai modernizar travessias

Governo afirma que a parceria prevê R\$ 2,5 bi em investimentos

Por Ana Laura Gonzalez

O consórcio Acqua Vias SP foi o vencedor do leilão da Parceria Público-Privada (PPP) do Sistema de Travessias Hídricas, realizado pelo Governo de São Paulo na quinta-feira (13), na sede da B3, em São Paulo. O grupo apresentou um desconto de 12,60% sobre o valor de referência do edital, que previa uma contraprestação anual média de R\$ 461,18 milhões, superando três concorrentes.

O governador Tarcísio de Freitas destacou os impactos econômicos do projeto. “Com o leilão de hoje, estamos chegando a R\$ 373 bilhões de investimentos contratados. Isso representa melhoria da logística, segurança e geração de empregos, tanto na construção civil quanto nos estaleiros, com embarcações mais sustentáveis e serviços mais eficientes”, afirmou.

A PPP, que integra o Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP), prevê investimentos de R\$ 2,5 bilhões para modernizar e ampliar 14 linhas de travessias no litoral paulista, na região metropolitana de São Paulo e no Vale do Paraíba. Estima-se que 11 milhões de passageiros e 10 milhões de veículos sejam beneficiados anualmente.

O consórcio vencedor é formado pelas empresas BK Consultoria e Serviços, Internacional Marítima, Rodonave Navegações, Zetta Infraestrutura e Participações e Innovia



Pablo Jacob/Governo do Estado de SP

Projeto vai modernizar e ampliar 14 linhas de travessias no litoral paulista.

Soluções Inteligentes. Os outros participantes do leilão foram:

Consórcio Travessias SP (CLD Construtora, Biancar Serviços, Camila Navegação Transporte, Engemais Empreendimentos e Participações, F. Andrei Neto e Raff Geração e Comércio de Energia Elétrica), desconto de 8,10%;

Comporte Participações S/A, desconto de 2,53%;

CS Infra S.A., desconto de 5,53%.

O contrato terá 20 anos de duração e inclui a aquisição de mais de 40 novas embarcações, a maioria 100% elétricas. Também estão previstas a requalificação e ampliação de 20 terminais, instalação de oficinas de

manutenção, centros de controle operacional, cabines automáticas de cobrança e sistemas de automação e segurança.

Segundo o diretor da Zetta Infraestrutura, César Uzeda, a iniciativa representa um avanço tecnológico para o setor: “É o modal mais confortável, seguro e sustentável do mundo”. O projeto também prevê redução de até 18 mil toneladas de CO₂ por ano, sendo um dos maiores programas de descarbonização do transporte aquaviário do país.

A PPP das Travessias Hídricas recebeu ainda a certificação internacional Blue Dot Network, concedida pela OCDE, reconhecendo seu alinhamento com padrões de governança, susten-

tabilidade ambiental e responsabilidade social. A secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, afirmou que o selo confirma a implementação efetiva de políticas de sustentabilidade no estado.

O secretário de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini, ressaltou os benefícios sociais do projeto: “Vamos triplicar a capacidade de transporte, eliminar gargalos e oferecer um serviço mais eficiente, confortável e sustentável, promovendo desenvolvimento regional.”

Após o leilão, o governo iniciará a adjudicação e homologação do resultado, formalizando a vencedora e confirmando a regularidade do processo.

Assembleia Legislativa celebra mês da Consciência Negra com sessão solene

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo realizou, nesta quinta-feira (13), uma Sessão Solene em comemoração ao mês da Consciência Negra. Organizado pela deputada Thainara Faria (PT), o evento reuniu ativistas, artistas e representantes da sociedade civil para discutir igualdade racial e destacar desafios ainda enfrentados pela população negra no estado. Durante a solenidade, foi lançada uma cartilha étnico-racial voltada para a promoção da inclusão social.

Em seu discurso, a deputada Thainara Faria destacou a importância da presença da população negra em espaços de decisão. “Hoje, ocupamos o Plenário do maior Parlamento da América Latina. Esse é o nosso lugar, onde quisermos. Nosso povo foi muito explorado. Queremos justiça e não vingança”, afirmou, lembrando que



Rodrigo Costa/Alesp

Evento reuniu ativistas e representantes da sociedade civil.

o Brasil foi o último país a abolir a escravidão e que leis iniciais contribuíram para a exclusão de pessoas negras.

O deputado estadual do Paraná Renato Freitas também participou da solenidade, alertando para a persistência do racismo estrutural no país. “Estamos vivendo tempos em que o racismo está voltando a se estruturar, se aparelhando nos órgãos públicos e na his-

tória do país”, disse. Ele ressaltou que reconhecer a história é essencial para combater narrativas excludentes e promover a organização social de forma justa.

A ativista e empresária Eliane Dias, conhecida por gerenciar carreiras de artistas e grupos musicais como Racionais MCs, Yunk Vino e Duquesa, avaliou que a realização de eventos voltados à população

negra em espaços institucionais representa um avanço simbólico. “Estar aqui é mais um passo importante para mostrar que podemos ocupar esses espaços de forma segura e expressar nossa cultura sem medo de repressão”, afirmou.

O médico e influenciador digital Fred Nicácio também destacou que, apesar de São Paulo ser um dos estados mais estruturados do país, ainda há desigualdade racial na distribuição de oportunidades. “Por mais desenvolvido que o estado seja, o racismo consegue atravessar e se perpetuar. Essa dor é da maioria e não da minoria da população”, apontou.

A programação incluiu apresentação do grupo Ilú Obá de Min, associação da Capital paulista que promove culturas de matriz africana desde 2004 por meio de performances.

Fecomercio pede ajustes em ICMS-ST

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) encaminhou ao governo estadual um pedido de revisão nos prazos de duas portarias que regulam o fim do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços com Substituição Tributária (ICMS-ST) em diversos setores. O ofício foi enviado ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e ao secretário da Fazenda e Planejamento, Samuel Kinoshita, com o objetivo de garantir uma transição segura e minimizar impactos financeiros para as empresas.

O pleito envolve as portarias SRE 64/2025 e SRE 65/2025. A primeira determina, a partir de janeiro de 2026, a exclusão de mais de 130 itens de 12 segmentos econômicos do regime de ICMS-ST, uma mudança considerada positiva pela FecomercioSP, pois contribui para a simplificação fiscal e alinha o Estado à Reforma Tributária (Emenda Constitucional 132/2023). Segundo a entidade, o regime anterior sobrecarrega os contribuintes, gera insegurança jurídica e afeta a competitividade, especialmente se tratando de pequenas e médias empresas.

Apesar do avanço, a Federação alerta que a magnitude das alterações exige tempo para adaptação. Entre os ajustes necessários estão atualização de sistemas empresariais (ERP e emissores de nota fiscal), análise detalhada de estoques, redefinição de preços e reorganização das áreas Contábil, Fiscal e Tecnológica. Para permitir que os contribuintes realizem essas mudanças de forma adequada, a FecomercioSP propõe que a entrada em vigor da Portaria SRE 64/2025 seja adiada por 30 dias, passando a valer em 1º de fevereiro do ano de 2026.

Em relação à Portaria SRE 65/2025, que aumentou de 12 para 24 meses o prazo para compensação ou creditamento do ICMS-ST pago sobre mercadorias em estoque, a Federação se posiciona contrariamente. Segundo a entidade, um período de dois anos compromete o fluxo de caixa das empresas e limita a capacidade de investimento, afetando principalmente o comércio varejista, que trabalha com margens reduzidas e alta rotatividade de produtos. A proposta da FecomercioSP é reduzir o prazo para seis meses, garantindo equilíbrio.

CORREIO PAULISTANO



Evento teve apoio da vereadora Edir Sales (PSD).

Amizade de associações chinesas no Brasil

A Câmara Municipal de São Paulo sediou uma solenidade em celebração da amizade e filantropia da Associação de Caridade da Comunidade Chinesa no Brasil e Associação Chinesa de Wenzhou no Brasil. O evento teve apoio da vereadora Edir Sales (PSD). Autoridades e personalidades chinesas foram homenageadas na solenidade. “A contribuição que os chineses dão na área gastronômica, cultura, economia, uma grande contribuição.

Então, acho importante você reconhecer aqueles que realmente têm esse trabalho diferenciado e os chineses são muito acolhedores também”, disse a vereadora Edir Sales (PSD). Entre os representantes do país asiático, Chen Jian, Presidente da Associação de Caridade da Comunidade Chinesa do Brasil disse que a Associação trabalhou muito para ajudar as vítimas das enchentes do Rio Grande do Sul e que também tem esse tipo de ação na China.

Vereadores de Ibirarema

Uma comitiva formada por quatro vereadores de Ibirarema se reuniu com o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, vereador Ricardo Teixeira (UNIÃO). O objetivo foi estreitar os laços entre

as cidades e conhecer o Palácio Anchieta. Ibirarema fica há cerca de 400 quilômetros da capital paulista e é composta por 6.385 habitantes, de acordo com o último Censo do IBGE.

Douglas Ferreira / REDE CÂMARA SP



Vereadores receberam grupo de robótica One Way

Audiência: microplásticos no meio ambiente

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo realizou Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei do vereador Gilberto Nascimento (PL), que autoriza a Prefeitura a elaborar diretrizes específicas voltadas à redução, monitoramento e gerenciamento da presença de microplásticos no meio ambiente local. A discussão foi marcada pela visita do grupo de robótica One Way Bots que, em

uma pesquisa de projeto de inovação para uma competição de robótica, percebeu a presença de materiais de plástico nas águas da Represa Guarapiranga – zona sul da capital. O supervisor e professor do projeto, Ellery Bann, valorizou a importância das crianças produzirem o texto da proposta. “Elas sentiram que precisava ser mais divulgado e tivemos a oportunidade de trabalhar com os vereadores da cidade de São Paulo”.

R\$ 30 mil para moda sustentável

A Prefeitura de São Paulo está com inscrições abertas, até 9 de dezembro, para a 2ª edição do Fashion Sampa, iniciativa com foco em negócios sustentáveis. Os 25 empreendedores selecionados receberão um aporte de R\$ 30 mil, além de capacitações especializadas. Todo o processo de aceleração é gratuito, com início das atividades previsto para janeiro de 2026. O apoio financeiro será disponibilizado na forma

de mobiliário, maquinário, materiais e serviços. O programa também oferece desenvolvimento de planos de crescimento, orientação técnica e gerencial individual, além de capacitações coletivas. Podem se inscrever empreendedores de moda que atuem com produção têxtil sustentável e de impacto, design autoral, marcas independentes, articulação comercial e organização de eventos de moda.

Pinacoteca de SP: 120 anos de arte, memória e cultura

Trajetória centenária da Pina Luz já teve ação circulante.

A Pinacoteca do Estado de São Paulo, que hoje se encontra no bairro da Luz, na capital Paulista, está prestes a completar 120 anos, consolidando-se como um símbolo vivo da arte e da memória cultural brasileira. Fundada em 24 de dezembro de 1905 pelo Governo Paulista, é o museu de arte mais antigo da cidade. Desde então, desempenha um papel central na preservação, divulgação e experimentação artística, especialmente no que diz respeito à produção nacional.

Origens e Fundação

O edifício onde está sediada a Pinacoteca — conhecido hoje como Pina Luz — tem uma história anterior ao museu. Projetado por Ramos de Azevedo e Domiziano Rossi, ele foi construído no final do século XIX para abrigar o Liceu de Artes e Ofícios, instituição voltada para a formação de artesãos.

Quando a galeria foi oficialmente criada, o acervo inicial comportava 26 pinturas, muitas delas transferidas do Museu Paulista.

Crescimento e Consolidação

Nos primeiros anos, a Pinacoteca foi regulamentada como museu público em 1911, ampliando sua coleção com



Fachada da sede da Pinacoteca, na cidade de São Paulo, que fará 120 anos em 2025.

obras de artistas brasileiros e estrangeiros. Durante a década de 1950, o museu inovou com a Pinacoteca Circulante, projeto pioneiro que levou seu acervo para cidades do interior paulista, exibindo obras em escolas, clubes, prefeituras e outros espaços comunitários.

Em 1947, o museu retornou definitivamente ao seu prédio original na Avenida Tiradentes, consolidando sua sede própria.

Nas décadas finais do século XX, a Pinacoteca passou por uma renovação marcante. O arquiteto Paulo Mendes da Rocha liderou a reforma entre 1994 e 1998, adaptando o edifício histórico para os padrões

museológicos contemporâneos. Sua intervenção incluiu claraboias de aço e vidro nos pátios, passarelas metálicas entre ambientes, melhorias técnicas na reserva técnica, climatização e segurança.

Esse projeto rendeu reconhecimento internacional: a restauração recebeu o Prêmio Mies van der Rohe América Latina.

Um Acervo Vivo e Diversificado

A Pinacoteca abriga uma coleção com mais de mil obras em exibição permanente, reunindo artistas históricos e contemporâneos – nacionais e internacionais.

Além disso, sua programação educacional e pública destaca-se pela pluralidade: o museu promove projetos multidisciplinares e iniciativas para ampliar o acesso à arte.

Relevância Cultural na Atualidade

Ao longo dos 120 anos, a Pinacoteca se firmou como referência nacional e latino-americana.

Sua trajetória reflete momentos de consolidação institucional, renovação arquitetônica e expansão social.

O fato de haver resistido e se reinventado por mais de um século como guardiã da arte brasileira.

Secretário de Habitação é ouvido na CPI HIS da Câmara de São Paulo

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) das HIS (Habitações de Interesse Social) da Câmara Municipal de São Paulo ouviu na última reunião o secretário municipal de Habitação, Sidney Cruz. Vereador licenciado, ele foi convidado a prestar esclarecimentos sobre as ações do Executivo para evitar fraudes nas habitações de interesse social na capital paulista. Em seu depoimento, Cruz afirmou que um decreto municipal do início de 2025 aprimorou os mecanismos internos da pasta de fiscalização das unidades habitacionais, avaliação de denúncias e lavratura de multas em casos de irregularidades. “Hoje temos 677 notificações de empreendimentos, mais de 90 mil unidades foram notificadas”. De acordo com o secretário, o aprimoramento da legislação possibilitou um aumento de eficiência na Secretaria de Habitação. “Conseguimos notificar todos os empreendimentos. Todas as denúncias que chegaram foram acolhidas



Sidney Cruz é Secretário e Vereador licenciado.

e notificadas, e estamos dentro do prazo administrativo de defesa dessas empresas”.

Neste quesito, em resposta ao relator da CPI, vereador Dr. Murillo Lima (PP), Cruz destacou que 28 multas foram lavradas apenas em 2025, totalizando R\$ 36 milhões em multas. “Dinheiro que será devolvido

aos cofres públicos”.

Ao ser questionado pelo presidente da CPI, vereador Rubinho Nunes (UNIÃO), o secretário de Habitação reforçou a importância da política vigente. “Esses processos administrativos estão em curso na secretaria. E eu tenho certeza que vamos avançar e vamos am-

pliar a análise desses processos, e vamos aumentar o número de multas aplicadas, de forma respeitosa com relação a todo o procedimento administrativo”.

A vereadora Silvia da Banca Feminista (PSOL) abordou denúncias de que grande parte das unidades habitacionais destinadas à população mais carente, na verdade, teria sido vendida a investidores. O secretário Sidney Cruz contestou a fala. “95% de todas as unidades HIS (Habitação de Interesse Social) saem da Caixa Econômica Federal. Não tem como afirmar que a maioria [foi comprada por investidores]”.

Os vereadores Isac Félix (PL) e João Ananias (PT) também fizeram questionamentos.

A reunião da CPI também contou com o depoimento de Carlos Eduardo Terepim, fundador e principal acionista da Vibra Residencial Ltda. Ele afirmou que a empresa tem 41 projetos predominantemente HIS e dois HMP (Habitação de Mercado Popular).

Regulamentação de mototáxis em SP

No próximo dia 24 de novembro (segunda-feira), a partir das 14h, a Subcomissão do Serviço de Transporte Individual de Passageiros por Motocicleta promoverá uma Audiência Pública para discutir a regulamentação do serviço na cidade de São Paulo. O colegiado é vinculado à Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica. Entre os convidados para o debate estão representantes do Detran-SP (Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo); Senatran (Secretaria Nacional de Trânsito); Secretário Municipal de Mobilidade Urbana e Trans-

porte; CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) e SPTrans (São Paulo Transportes S/A).

Como participar e acompanhar a audiência

Interessados no tema podem participar presencialmente na Câmara Municipal de São Paulo. Também é possível se manifestar por meio de videoconferência. O debate será transmitido ao vivo pelo Portal da Câmara, e pelas redes sociais do Legislativo paulistano, como o canal Câmara São Paulo no YouTube. Informações podem ser obtidas por meio do e-mail transito@saopaulo.sp.leg.br

Decisão recente

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, no último dia 10 de novembro para derrubar a Lei que restringia o transporte individual remunerado de passageiros por motocicleta — o serviço de mototáxi. A norma, que exigia autorização prévia dos municípios para funcionamento de aplicativos como Uber e 99, foi considerada inconstitucional por violar os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência, além de invadir competência exclusiva da União

sobre políticas de transporte e trânsito.

A lei paulista, sancionada em junho, impunha que motoristas de mototáxi só poderiam atuar com autorização prévia das prefeituras. Quem descumprisse a regra estaria sujeito a multas e sanções por transporte ilegal de passageiros.

A Confederação Nacional de Serviços (CNS) questionou a medida no STF, alegando que o estado criou barreiras indevidas a uma atividade econômica legal e feriu o direito de escolha do consumidor.

CORREIO GRANDE SP

Divulgação/Prefeitura de Barueri



Medida foi definida após reuniões entre representantes.

Ponte é interditada para prevenção de enchentes

A Prefeitura de Barueri interdirá a ponte que liga a Rua Atibaia, em Barueri, à Rua Arthur Montovanelli, na Vila Lourdes (Carapicuíba), durante o feriado prolongado de 20 de novembro — Dia da Consciência Negra e ponto facultativo em homenagem a Nossa Senhora da Escada. A medida tem como objetivo garantir a segurança da população e fortalecer o combate às enchentes no Jardim Maria Helena. A ponte será demolida para dar

lugar a uma nova estrutura moderna, adequada ao alargamento do trecho do Rio Cotia, com contenção das margens em gabião. O projeto contempla um trecho total de 660 metros, iniciando 140 metros antes da Rua Ipanema, em Barueri, e inclui a construção de muro de gabião e colchão Reno ao longo do rio. A conclusão das obras está prevista para 8 de março de 2027. Durante a interdição, o trânsito será desviado e monitorado por agentes.

Mobilização contra arboviroses

Na última semana, a Prefeitura de Guararema, por meio da Secretaria de Saúde, promoveu ações de prevenção à dengue, zika e chikungunya em UBSs, na Santa Casa e em locais estratégicos da cidade, como o Boulevard Major Paula Lopes e o Recanto do Américo. As atividades incluíram orientações sobre cuidados

domésticos para eliminar criadouros do mosquito Aedes aegypti, com destaque para a resistência dos ovos por até 450 dias, e a presença de uma fantasia do mosquito trouxe abordagem lúdica para crianças e adultos. A Semana também reforçou a disponibilidade da vacina contra a dengue para crianças e adolescentes.

Divulgação/Sabesp



Água recebe tratamento químico, com cloro e flúor.

Ultrafiltração para ampliar abastecimento de água

A Sabesp produz atualmente 103 mil litros de água por segundo, sendo 70 mil destinados à Região Metropolitana de São Paulo, atendendo cerca de 20 milhões de pessoas. Parte dessa produção já utiliza tecnologia de ultrafiltração, que substitui etapas convencionais de purificação por membranas finas capazes de reter partículas de impureza. Segundo a gerente de Tratamento de Água Metropolitana, Kátia Hasmann, o méto-

do exige menos espaço físico, permite expansão modular rápida e não impacta a tarifa dos consumidores. A qualidade da água permanece igual à do sistema convencional, atendendo aos padrões do Ministério da Saúde. Esta tecnologia já está em operação nas estações ETA ABV (Alto da Boa Vista), ETA Rio Grande (em ampliação) e ETA Embu-Guaçu, com projetos de expansão previstos também em Cajamar e Itapeerica da Serra.

PPA de Cotia é aprovado

Na 36ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Cotia, realizada na terça-feira (11), os vereadores aprovaram o Projeto de Lei nº 153/2025, que institui o Plano Plurianual (PPA) do município para 2026 a 2029, com 16 votos a favor. Também foi mantido, por 15 votos e uma abstenção, o veto parcial ao Projeto de Lei nº 108/2025, do vereador Marcelinho

Lenha (PDT), que previa a criação do Programa Nota Fiscal Cotiana, voltado ao combate à sonegação e ao aumento da arrecadação. Em primeiro turno, a Câmara aprovou a Proposta de Emenda nº 1/2025, que acrescenta parágrafos ao artigo 33 da Lei Orgânica do Município, com 17 votos favoráveis. Todos os vereadores estavam presentes.



Divulgação

Texto apresentado aos vereadores não altera a estrutura geral do Plano Diretor aprovado em 2021.

Mairiporã faz audiência de revisão do Plano Diretor

Texto segue agora para as etapas formais de avaliação

A Prefeitura de Mairiporã realizou na Câmara Municipal, audiência pública para apresentar e discutir a proposta de revisão do Plano Diretor Participativo. A atividade integrou o processo de atualização da legislação urbanística, prevista em lei, e teve participação de moradores, técnicos e representantes da sociedade civil. A revisão apresentada não altera a estrutura geral do Plano Diretor aprovado em 2021. O objetivo central é aperfeiçoar instrumentos de planejamento urbano, tornando-os mais claros, aplicáveis e alinhados com a realidade atual do município, que vive um processo acelerado de crescimento e possui forte

sensibilidade ambiental por estar inserido na APA Cantareira e em Área de Proteção e Recuperação de Mananciais. Entre os pontos ajustados estão instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, como a outorga onerosa do direito de construir, a transferência do direito de construir (TDC), o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) e normas relacionadas à regularização fundiária. Esses instrumentos já constavam no texto original, mas demandavam detalhamento para permitir uso consistente no ordenamento territorial e na indução da ocupação urbana em áreas adequadas.

A proposta também reforça diretrizes para tornar procedimentos mais padronizados e compreensíveis, facilitar análises técnicas e melhorar a compatibilidade entre legislação municipal e normas federais, especialmente no que diz respeito à regularização fundiária e ao licenciamento ambiental. A participação da população contribuiu com sugestões importantes durante e após a audiência. Entre elas, destacou-se a inclusão de diretrizes relacionadas aos eventos climáticos extremos – tema cada vez mais presente no debate público em âmbito mundial e essencial para fortalecer a resiliência ur-

bana. A proposta prevê que o Plano Diretor contemple políticas específicas para prevenção, mitigação e adaptação a situações de risco, criando uma base legal para ações futuras, planos setoriais e captação de recursos estaduais e federais. O texto segue agora para as etapas formais de avaliação. Depois de aprovado pelo Legislativo, o projeto será analisado pela Secretaria de Meio Ambiente Infraestrutura e Logística do Estado, responsável por verificar a compatibilidade das leis municipais e estaduais. Somente após essa etapa a proposta poderá seguir para apreciação da Câmara Municipal.

Metanol: São Bernardo e os casos de intoxicação

Assessoria de Comunicação/CMSBC.



Secretaria de Saúde apresentou dados atualizados à comissão.

A Comissão Especial, da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, que acompanha os casos de intoxicação por metanol na cidade, realizou nova reunião para dar continuidade aos trabalhos. Participaram do encontro o diretor do Departamento de Proteção à Saúde e Vigilâncias, Dr. Manuel Pereira Martins, e a diretora do Departamento de Vigilância Sanitária, Cristiane Ribeiro. A equipe da Secretaria de Saúde apresentou um panorama geral atualizado da crise do metanol no município. Até o momento, foram notificados 143 casos em investigação, sendo 131 de moradores de São Bernardo. Desse total, 12 foram confirmados, 124 descartados e 7 seguem em análise. Dois óbitos confirmados — um em São Bernardo e outro registrado em outra cidade — além de 3 mortes em investigação. Em relação à situação hospitalar,

97 pacientes receberam alta, 36 evadiram, 4 permanecem internados e 5 estão em hospitais particulares da região. **Ações** Entre 29 de setembro e 13 de novembro, a Vigilância Sanitária realizou diversas ações: 58 operações conjuntas com a GCM e/ou Polícia Militar (DICMA) e/ou GVS VII (regional do Estado), 1 força-tarefa, 58 fiscalizações de estabelecimentos, 4 interdições totais cautelares, 3 desinterdições, 1 interdição total ainda em vigor, 22 interdições cautelares de bebidas (17 delas encaminhadas para a Delegacia de Investigações sobre Crimes Contra o Meio Ambiente - DICMA), 1 caravana de orientação à população e 7 ações de ouvidoria do SUS. **Inspeções** Além disso, 22 inspeções foram feitas em locais de comércio e depósito de sucata, e aproximadamente 1000 re-

cipientes foram recolhidos em uma ação integrada entre o Cerest (saúde do trabalhador), a Secretaria de Serviços Urbanos (SU), e a Guarda Civil (GCM). **Comissão especial** As reuniões da comissão estão sendo realizadas com frequência. Instituída para analisar os casos de adulteração de bebidas alcoólicas com metanol e suas consequências, contribuindo para a segurança da população e a integridade do mercado local, a Comissão Especial é composta pelos vereadores Julinho Fuzari (Cidadania), presidente; Lucas Ferreira (PL), vice-presidente; Palhinha (Avante), relator; Também participam: Renan Queiroz (PMB); Reginaldo Burguês (Agir); Gordo da Adega – Josias Paz (Pode); Ananias Andrade (PT); Geraldo Gomes (PRD); Jorge Araújo (União); Bispo João Batista (Republicanos); Luana Eloá (MDB); e Watanabe (PRTB).

Combate ao uso de informações privilegiadas

O prefeito em exercício de Mogi das Cruzes, Teo Cusatis, assinou na sexta-feira (14/11) o Decreto nº 23.971, que estabelece regras para prevenir conflitos de interesse na Administração Pública Direta e nas autarquias do município. A medida busca coibir práticas abusivas, como o uso de informações privilegiadas ou atos que comprometam o interesse coletivo. O decreto se aplica a secretários municipais, adjuntos, chefes de gabinete, controlador-geral, procurador-geral, diretores e demais cargos comissionados, além de dirigentes e substitutos de autarquias municipais. Entre as proibições estão a divulgação ou uso de informações sigilosas para benefício próprio ou de terceiros, relações comerciais com interessados em decisões públicas e recebimento de presentes ou vantagens indevidas. Em caso de descumprimento, poderá ser instaurado procedimento administrativo para apuração e aplicação de sanções, com análise do Comitê de Integridade, órgão responsável também pela orientação e capacitação de agentes públicos. Segundo Cusatis, “mais do que coibir práticas abusivas, o Comitê orienta sobre os direitos e deveres do agente público, garantindo transparência e integridade na gestão municipal”. O Decreto nº 23.971 pode ser consultado na íntegra no Portal da Transparência e no Diário Oficial Eletrônico da Prefeitura.

CORREIO DE CAMPINAS



Solicitação é do vereador Ailton da Farmácia (PSB-SP)

Restabelecimento de convênio com o Detran

O vereador de Campinas (SP), Ailton da Farmácia (PSB-SP), enviou um requerimento ao Poder Executivo questionando a necessidade de quatro vistorias anuais obrigatórias aos veículos dos trabalhadores do transporte escolar da cidade. As vistorias custam R\$ 151,30 cada e são feitas pela Emdec (empresa municipal responsável pelo trânsito campinense). Para o parlamentar, a quantidade representa um peso significativo para a categoria,

Nova sede da Polícia Federal em Campinas

A Câmara Municipal de Campinas (SP) vota nesta segunda-feira (17) um projeto de lei complementar que faz ajustes em uma lei antiga que já autorizou a prefeitura a doar um terreno para o governo federal construir a nova sede da Polícia Federal na cidade. Propõe duas mudanças. Primeiro, a retirada de prazo para que a sede seja



Grupo Pretas & Pretos fará show na Estação Cultura

Anelo leva antirracismo a 16 mil alunos e lança música

O Instituto Anelo, associação civil sem fins lucrativos, fundada em 2000 em Campinas (SP), com o intuito de transformar vidas por meio da música, levou este ano uma mensagem antirracista a 18 escolas estaduais na cidade, alcançando 16 mil alunos. A iniciativa trabalhou os temas bullying e racismo por meio de palestras e shows da banda Pretas & Pretos, formada por profissionais ligados ao instituto. O projeto foi viabilizada por meio de

Lançamento de videoclipe

A banda Pretas & Pretos mantém um trabalho constante sobre questões de racismo em shows, o que a motivou a realizar o projeto nas escolas. Coincidindo com as atividades, lançou a música “Gente Preta” este mês nas plataformas digitais. O single também ganhará um videoclipe, que será lançado no Dia da Consciência Negra, em 20 de

novembro, com direção de Cláudio Alvim. A música é uma composição de Mike Santiago e Josimar Prince. Todas as atividades programadas serão finalizadas com uma apresentação que reunirá representantes das escolas em 3 de dezembro na Estação Cultura, no Largo Marechal Floriano, s/nº – Centro. O estacionamento é gratuito.

Saúde, ônibus e segurança são principais demandas

Necessidades são apontadas pelo Orçamento Cidadão

Por Raquel Valli

As três principais demandas da população de Campinas (SP) hoje dizem respeito à saúde, ao transporte público e à segurança - de acordo com o Departamento Orçamento Cidadão - quem faz a ponte entre as petições populares organizadas e a prefeitura (leia abaixo). Atualmente, desígnios “como vagas em creche, que anos atrás figuravam entre as principais necessidades, já estão superados, devido ao superávit de vagas”, afirma o diretor do departamento, Arlindo Dutra.

Ainda de acordo com o diretor, a maior petição “sobre a saúde, hoje, diz respeito à quantidade de médicos”. Já quanto ao transporte, à demora no “desfecho do novo edital”, que se arrasta há anos e que daria conta das melhorias nos ônibus, tidos pela população como velhos e com manutenção deficiente, sujeitos portanto às quebras constantes. Sobre a sensação de insegurança, “reflete a percepção nacional, sobretudo após eventos como os que levaram à megaoperação realizada no Rio de Janeiro”.

Apesar dos gargalos principais, o departamento ainda atua em todas as demandas do município. A assistente social Ivone Crescêncio da Silva Mendonça, pós-graduada em saúde pública, é uma das conselheiras e aponta outras necessidades.

“Vamos trabalhar três te-



Assembleia do Orçamento Cidadão no Salão Vermelho do Paço Municipal

máticas desafiadoras: a questão dos moradores em situação de rua, os desafios dos imigrantes (como os venezuelanos, por exemplo), e a casa de extensão para pacientes pós-alta hospitalar, que estejam em situação de vulnerabilidade. Só no (Complexo Hospitalar) Ouro Verde, temos hoje 18 pessoas que poderiam ir para casa, mas que não têm para onde ir”, declara.

Quanto ao trabalho voluntário, afirma: “estou muito feliz em participar e contribuir na construção das políticas públicas”, diz, invocando a atuação cidadã que exerce.

Orçamento Cidadão

É a participação popular com dois objetivos principais: indicar

demandas para o orçamento público e eleger conselheiros que acompanharão a execução dos serviços indicados.

Devido à importância nas melhorias efetivas do município, o diretor Arlindo Dutra convida toda a população a participar. “O que a gente lamenta é não conseguir ‘chegar’ à cidade toda porque muitas pessoas ainda desconhecem (o departamento)”.

As assembleias deste ano começaram há dois meses e seguem até dezembro. As reuniões são de dois tipos: temáticas, tratando de 18 segmentos, como educação, e regionais, voltadas às necessidades específicas dos bairros, contemplando 19 regiões.

Ambas tratam de demandas estruturais, como a implantação

de centros de saúde ou de escolas. Não se referem a solicitações de manutenção, como tapa-buracos ou poda de árvores.

Em suma, “é uma oportunidade para que a população decida onde os recursos municipais deverão ser aplicados e para que acompanhe o andamento das indicações”, informa o diretor. A agenda completa pode ser conferida no site do departamento.

SERVIÇO
Como participar?
Basta entrar em contato com o departamento.
WhatsApp: 19 95333-0360
Telefones: (19) 2116-0710 / (19) 2116-0813
E-mail: orcamento.cidadao@campinas.sp.gov.br

Dr. Hélio é cortejado pelo PSDB para ser candidato a deputado em 2026

O ex-prefeito de Campinas (SP), Hélio de Oliveira Santos, popularmente conhecido como Dr. Hélio, de 75 anos, foi convidado pelo deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG), ex-candidato à presidência da república, a entrar no partido e a disputar uma vaga nas eleições de 2026. O convite foi feito formalmente na sede do partido em Brasília (DF).

O intuito, segundo Neves, é de que Hélio reforce a bancada tucana no Poder Legislativo, mas se o convite é para disputar uma cadeira como deputado estadual, na Alesp, ou federal, na Câmara dos Deputados, a informação ainda não foi oficializada.

Hélio de Oliveira Santos é natural de Corumbá (MS) e foi prefeito de Campinas por dois mandatos, um completo (2005- 2008), e outro incompleto (2009-2011).

É médico e, antes de ingressar na vida política, trabalhou como cirurgião-pediatra e professor na PUC-Campinas.

Elegeu-se em dois mandatos



Dr. Hélio e Aécio Neves na sede do PSDB em Brasília (DF)

como deputado federal (1999-2004), renunciando ao segundo para assumir a prefeitura. Assumiu o Palácio dos Jequitibás em 2005, pelo PDT.

Um dos principais destaques da gestão foi o desenvolvimento do projeto Naves-Mãe, centros de educação infantil integral que implementaram

pedagogia voltada a áreas de vulnerabilidade social.

Hélio também foi o responsável pelo Terminal Multimodal Ramos Azevedo, a nova rodoviária de Campinas.

Âmbito administrativo

Foi reeleito no primeiro turno em 2008, mas, o segundo

mandato foi interrompido em agosto de 2011, ao ser cassado pela Câmara.

O processo administrativo, que culminou no impeachment, ocorreu após denúncias de fraude e corrupção envolvendo a administração municipal, no tocante às licitações da Sanasa (empresa municipal de saneamento e abastecimento de água de Campinas).

A gestão foi investigada pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP) por esquemas de propina e superfaturamento em contratos públicos.

Além de ter sido afastado da administração da prefeitura, Hélio tornou-se inelegível com base na Lei da Ficha Limpa. Foi impedindo de concorrer a novos cargos públicos por oito anos, que se estendem a partir de marcos específicos. Historicamente, teve candidaturas barradas, mas já estaria elegível para o pleito de 2026. O ex-prefeito escreveu um livro sobre o acaso, intitulado “Lawfare na Terra de Carlos Gomes – Prenúncio da Larva-Jato”.

Bônus para servidor da educação

A Câmara Municipal de Campinas (SP) fará uma reunião extraordinária nesta segunda-feira (17) para votar um bônus para os servidores da secretaria municipal de educação.

A proposta é do prefeito Dário Saadi (Republicanos) e visa dar uma espécie de salário extra ou 14º salário para os trabalhadores ativos da pasta e para os da Fumec (Fundação Municipal para Educação Comunitária).

De acordo com o projeto a ser votado, terão direito ao benefício os servidores que tra-

balharam entre 1º de agosto de 2024 e 31 de julho de 2025 e que cumpriram alguns critérios, tais como: não terem tido faltas injustificadas, não terem sofrido punição disciplinar e terem tirado menos de 15 dias de licença médica.

Para quem já trabalhava antes de 31 de julho de 2024, o bônus será equivalente a um salário, e para quem ingressou depois disso, será proporcional aos meses trabalhados.

O pagamento será feito em parcela única até o próximo dia 30 de novembro.

Importante frisar que o bônus não se incorpora ao salário normal nem à aposentadoria futura.

Além disso, a Câmara também irá votar, em sessão extraordinária, a prorrogação do Plano Municipal de Educação, que está quase vencendo. A ideia é prorrogado até dezembro do ano que vem.

O plano define por dez anos as metas da educação para a cidade, mas a prefeitura está aguardando a definição do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que está em dis-

cussão no Congresso Federal, para poder refazê-lo, alinhado às diretrizes da União.

Ao mesmo tempo, precisa da prorrogação do plano municipal atual para garantir que as ações de ensino na cidade possam continuar sendo feitas. Em 2024, a vigência do plano municipal foi prorrogada até dezembro deste ano. Ambas as votações extraordinárias são abertas à população. Será realizadas no plenário a partir das 14h, com transmissão ao vivo pela TV Câmara Campinas e pelo YouTube.

CORREIO DE CAMPINAS

POR REDAÇÃO



Pedro Dimitrow/Divulgação

O rapper Mano Brown, um dos maiores nomes do Rap

Campinas Hip-Hop Festival recebe Mano Brown

A 12ª edição do Campinas Hip-Hop Festival acaba de anunciar que terá o rapper Mano Brown, integrante dos Racionais MC's, grupo de rap formado na capital paulista em 1988, entre suas principais atrações. O festival, que acontece no dia 7 de dezembro, domingo, na Estação Cultura, é uma realização da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, com correalização da Secretaria da Cultura e Turismo de Campinas e gestão e produção da

Associação Paulista dos Amigos da Arte (APAA). A entrada é gratuita e a organização do festival sugere ao público a doação de 1kg de alimento não perecível. A programação do 12º Campinas Hip-Hop Festival contará com mais de vinte atrações. Além de Brown, nomes como Kyan, Tasha & Tracie, Coruja BC1, Ebony, Vulgo FK e MC Marechal. Valorizando a potência da cena local, o evento conta ainda com artistas de Campinas como Duarte, Jords MC e inclui DJs e graffiti

Câmara debate destino de resíduos

A Câmara realiza reunião pública para debater os rumos da política de resíduos no município, nesta segunda (17), às 10h. Para o vereador Wagner Romão (PT), presidente da Comissão, "Campinas precisa avançar em política de resíduos que combine sustentabilidade, inclusão e eficiência". Estarão presentes o presidente da

Rede de Cooperativas de Catadores de Campinas, Valdecir Viana; o técnico da Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de SP), Bruno Padoveze de Carvalho; a coordenadora da Divisão de Meio Ambiente da Unicamp, Maria Gineusa de Medeiros e Souza, e Ronaldo Hipólito, do Fórum Socioambiental de Campinas.

Igor Alisson/Inova Unicamp



Pesquisadora da Faculdade de Ciências Aplicadas

Filme biodegradável substituirá plástico

Um dos principais desafios da indústria alimentícia é encontrar alternativas viáveis e ambientalmente sustentáveis para reduzir o uso massivo de plásticos. Alimentos perecíveis, como frutas, hortaliças e outros itens são acondicionados principalmente em embalagens plásticas à base de polímeros sintéticos, como polietileno, polipropileno, entre outros – materiais que levam centenas de anos para se decompor no meio ambiente, o que acelera o acúmulo de resíduos fi-

sicos e gera poluição por micro e nanoplásticos. Esse problema motivou duas pesquisadoras da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Unicamp a desenvolver um novo tipo de filme biodegradável capaz de substituir o plástico na indústria alimentícia, especialmente em embalagens de alimentos perecíveis. A base do novo material é um tipo de amido presente em polímeros biodegradáveis, encontrado em alimentos como milho, batata, arroz e trigo.

Campinas se destaca em ranking

A metrópole ficou em 14º entre os 396 municípios avaliados. Melhor índice foi para o eixo que analisa saúde, educação, infraestrutura e segurança. O município é destaque nacional no estudo da Asserfit, responsável pelo Retornômetro, que analisa como as cidades com mais de 50 mil habitantes

aplicam os recursos públicos. Campinas ficou em 14ª posição entre as 396 cidades analisadas, sendo classificada como cidade com "bom retorno nos investimentos públicos". O estudo considerou dados do IBGE, FINBRA, Ministérios da Saúde e Educação e outras bases governamentais.

Vereador do PL é investigado por violência doméstica

Namorada diz que Otto Alejandro a agrediu e ameaçou de morte

Câmara Municipal de Campinas



A Polícia Civil de São Paulo investiga o vereador Otto Alejandro (PL), de Campinas, por violência doméstica, ameaça e injúria

Por Moara Semeghini

A Polícia Civil de São Paulo investiga o vereador Otto Alejandro (PL), de Campinas, por violência doméstica, injúria, ameaça e dano. A denúncia foi feita pela namorada do parlamentar, que registrou boletim de ocorrência na 1ª Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) na última segunda-feira (10).

A vítima acusa o vereador de agressão física, violência psicológica, ameaça de morte, injúria e dano material. Ela relata que os episódios de violência vêm ocorrendo ao longo do relacionamento, que dura cerca de um ano e meio.

No depoimento prestado à Polícia Civil, ela disse que o vereador a atacou com xingamentos, ameaças, e disse: "vou acabar te matando". A vítima relatou ainda ter sido agredida fisicamente e verbalmente, comportamento que, segundo o registro, se repetiria principalmente quando Otto consome álcool. O boletim aponta que ele "faria uso frequente de bebidas alcoólicas, ficando muito alterado".

O boletim de ocorrência descreve que, no mesmo dia, o parlamentar entrou em na casa da vítima sem autorização, quebrou objetos e levou uma televisão, que será periciada. Segundo ela, agressões anteriores já haviam ocorrido, mas nunca tinham sido formalizadas por medo e por tentativas de manter o relacionamento.

No registro, ela informou não desejar acolhimento ou medidas protetivas naquele momento e não apresentou testemunhas. Após o BO, foi orientada sobre os instrumentos da Lei Maria da Penha e encaminhada ao Centro de Apoio à Mulher e à Defensoria Pública para acompanhamento jurídico e psicológico.

O vereador, que cumpre seu segundo mandato, está com o perfil oficial do Instagram desativado. A reportagem tentou contato com o parlamentar, mas não obteve retorno. O espaço segue aberto.

Outras acusações

As denúncias agora registradas na DDM se somam a outro episódio envolvendo

Otto Alejandro em 13 de julho deste ano, na avenida Francisco Glicério. De acordo com relato incluído no boletim e já divulgado anteriormente pela imprensa, o parlamentar foi acusado, em julho deste ano, de quebrar o vidro traseiro de um ônibus de viagem durante uma discussão. O motorista, de 54 anos, afirmou que ele estaria embriagado e teria feito ameaças no momento do conflito.

A Polícia Civil registrou este caso como dano e ameaça, e abriu investigação formal para apurar os fatos.

Comissão Processante

A denúncia levou à apresentação de um pedido de Comissão Processante na Câmara Muni-

cipal, protocolado na sexta-feira (14). O documento será analisado pela Procuradoria Jurídica antes de seguir, se considerado apto, para leitura e votação em plenário.

O pedido de Comissão Processante encaminhado à Câmara cita tanto a denúncia da namorada quanto o episódio do ônibus, ocorrido em 13 de julho. A Procuradoria Jurídica vai avaliar se o requerimento atende aos critérios previstos no Decreto-Lei 201/1967, que regulamenta processos por quebra de decoro parlamentar.

Se for considerado tecnicamente apto, o protocolo deverá ser lido e submetido à votação na próxima sessão ordinária, marcada para segunda-feira (17).

Vereadoras repudiam acusações de violência

Câmara de Campinas



Calixto e Miguel (PT); Palermo (PL); Conti e Souto (PSOL) cobram providências

Por Moara Semeghini

Após a divulgação da denúncia, vereadoras de diferentes partidos se reuniram para preparar uma representação conjunta à Corregedoria da Câmara. As parlamentares Guida Calixto e Paolla Miguel (PT), Mariana Conti e Fernanda Souto (PSOL) e Débora Palermo (PL) publicaram notas oficiais repudiando as acusações, cobrando apuração rigorosa e providências do Legislativo.

Em manifestação compartilhada nas redes sociais, Guida Calixto e Paolla Miguel afirmaram que as denúncias configuram "um quadro grave e inaceitável de violência contra a mulher" e consideraram "revoltoso que um representante eleito para defender a população esteja envolvido em acusações dessa natureza". Elas defenderam rigor na apuração e reforçaram que "a credibilidade da vítima deve ser respeitada e protegida pelas instituições".

O grupo de vereadoras do PT listou quatro cobranças: abertura imediata de investigação, eventual responsabilização do parlamentar, posicionamento da Câmara e apoio integral à vítima.

A vereadora Débora Palermo (PL), colega de partido de Otto, também se manifestou publicamente. Ela afirmou sentir "profunda indignação diante das graves denúncias" e declarou que não há espaço para omissão: "Ainda que o vereador pertença ao mesmo partido que eu, é minha obrigação me manifestar. Não há espaço para convivência ou silêncio diante de qualquer forma de violência contra a mulher". Palermo disse esperar investigações com "agilidade, transparência e imparcialidade" e expressou solidariedade à vítima.

As vereadoras Mariana Conti e Fernanda Souto (PSOL) também integraram as articulações internas e afirmaram que o Legislativo

não pode se omitir diante de denúncias dessa gravidade.

A Câmara Municipal ainda não informou se adotará medidas adicionais além da análise do pedido de Comissão Processante.

A Mariana Conti também cobrou uma resposta institucional da Câmara. Segundo ela, além do processo criminal baseado na Lei Maria da Penha, é imprescindível que o Legislativo aja: "A violência contra a mulher é uma realidade na vida de tantas mulheres, e está crescendo em Campinas. Há anos lutamos por políticas de prevenção e combate, e esta Casa precisa dar o exemplo." Conti afirmou que não é admissível que o vereador "deixe de ser punido internamente", e disse que as integrantes da Comissão da Mulher já discutem providências para garantir responsabilização. "Não podemos admitir a violência contra a mulher dentro desta Casa", concluiu.

Feminicídio bate recorde no Brasil em 2024

Por Moara Semeghini

O Brasil registrou em 2024 o maior número de feminicídios desde que o crime passou a ser classificado de forma específica, em 2015. A constatação é do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em julho deste ano pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O avanço do feminicídio ocorre na direção oposta à queda de 5,4% das Mortes Violentas Intencionais no mesmo período, revelando que a violência baseada em gênero mantém uma dinâmica própria no país.

A taxa nacional chegou a 1,4 assassinato para cada 100 mil mulheres. Embora os homicídios dolosos contra mulheres tenham diminuído 6,4%, os feminicídios cresceram, movimento que coincide com a sanção da Lei nº 14.994, em outubro de 2014, que transformou o feminicídio em crime autônomo e ampliou a pena para até 40 anos de prisão. Pesquisadores alertam que o endurecimento penal não substitui políticas de prevenção e proteção, fundamentais em um tipo de violência que costuma ser o desfecho de agressões contínuas dentro de casa. A subnotificação segue elevada.

O estudo mostra ainda que 70,5% das mulheres tinham entre 18 e 44 anos. Os feminicídios de adolescentes cresceram 30,7%, e casos envolvendo mulheres de 60 anos ou mais aumentaram 20,7%. A residência é o principal local do crime, reunindo 64,3% dos registros. A arma branca foi o meio mais empregado (48,4%). Em quase 80% das ocorrências, o autor era companheiro ou ex-companheiro da vítima, e em 97%, era homem.

GRANDE CAMPINAS



Avaliação que mede a qualidade da educação básica

Sumaré alcança 90% de participação no SAEB

Sumaré registrou cerca de 90% de participação dos alunos nas provas do SAEB, maior e principal avaliação nacional da qualidade da educação básica. Aplicadas pelo Ministério da Educação. O índice reforça o compromisso da cidade com a aprendizagem. Segundo o secretário municipal de Educação, Lucas Gomes, o engajamento dos estudantes mostra a dedicação da rede de ensino. Ao todo, 24 unidades participaram da avaliação, envolvendo 4.727 alunos do

2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental. A Secretaria de Educação também realiza o SARESP, que segue até 28 de novembro e deve alcançar mais de 5 mil estudantes. Neste ano, uma das novidades é a aplicação digital das provas para as turmas de 9º ano, tornando o processo mais dinâmico e acessível. A avaliação contempla ainda alunos da Educação Especial, que recebem provas adaptadas em Braille, com textos ampliados ou versões com audiodescrição.

Vagas na rede de saúde em Americana

O Hospital Municipal Dr. Waldemar Tebaldi, a Unacon e a UPA São José, em Americana, abriram processo seletivo para auxiliar administrativo, auxiliar de farmácia, auxiliar e técnico de manutenção predial, auxiliar de manutenção elétrica e técnico de enfermagem. As inscrições vão até 30 de novembro, com contrata-

ção e cadastro de reserva. Para participar, é preciso acessar o site da Santa Casa de Chavantes, clicar em “Trabalhe Conosco”, entrar em “Processo Seletivo HM Americana”, baixar o edital do cargo e cadastrar o currículo. As unidades são administradas pelo Grupo Chavantes em parceria com a Secretaria de Saúde.

Divulgação/ Prefeitura de Hortolândia



Órgão destaca que não faz nenhuma cobrança

Procon Hortolândia emite alerta contra golpes

O Procon de Hortolândia, órgão vinculado à Prefeitura, orienta sobre a ação de golpistas que estão se passando por servidores que usam indevidamente o nome do órgão para emitir boletos falsos e solicitar pagamentos a estabelecimentos comerciais. O PROCON (Programa de Defesa e Proteção do Consumidor) não realiza cobranças nem emite boletos, e reforça que não exige taxas ou multas por WhatsApp, e-mail ou telefone. Toda comunicação oficial ocorre apenas

pelos canais institucionais da Prefeitura ou por notificação com número de processo. A orientação é não efetuar pagamentos sem confirmar diretamente com o órgão e ignorar mensagens suspeitas que não proveenham dos canais oficiais. Em caso de dúvida ou denúncia, o atendimento é feito no Palácio dos Migrantes ou pelos contatos oficiais: (19) 3965-1400 ramais 7022/7034, WhatsApp (19) 99635-4208 e e-mail procon@hortolandia.sp.gov.br.

Itatiba registra 2 mil peças em bazar

O Bazar Solidário de fim de ano do Fundo Social de Itatiba registrou a venda de mais de 2.000 peças novas e seminovas em quatro dias. Mesmo com chuva, a estreia teve grande procura, com filas logo cedo no Complexo de Formação Profissional Alice de Oliveira Carniatto. Segundo Cássia Nardin,

as doações do comércio e parceiros ampliaram a variedade de roupas, acessórios, sapatos, itens de casa e produtos infantis vendidos a preços acessíveis. A renda será destinada a projetos sociais como Meu Bebê, Nova Geração e Casa Rosa da Mulher. A próxima edição do bazar será em 2026

Vice-prefeito e secretários exonerados em Hortolândia

Fraudes em licitações resultaram no afastamento das funções

O prefeito de Hortolândia, Zezé Gomes (Republicanos), exonerou nesta sexta-feira (14) o vice-prefeito Carlos Augusto César, o Cafu (PSB), do cargo de secretário municipal de Governo. A medida ocorre após a Operação “Coffee Break”, deflagrada pela Polícia Federal, Ministério Público Federal e Controladoria-Geral da União para investigar fraudes em licitações da educação. Cafu segue como vice-prefeito por se tratar de cargo eletivo, mas não integra mais a estrutura administrativa.

Preso preventivamente desde quarta-feira (12), ele deve ter um pedido de habeas corpus apresentado ainda hoje ao TRF-3, segundo seu advogado, Ralph Tortima Filho.

Outras exonerações

Além de Cafu, outros três integrantes da administração foram afastados “a pedido” após aparecerem nas investigações. O secretário municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, Fernando Gomes de Moraes deixou o cargo na mesma edição do Diário Oficial.

Também foram exonerados o secretário municipal de Habitação, Rogério Mion, e a diretora do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, Carla Ariane Trindade. Ambos foram alvos de mandados de busca e apreensão.



Cafu segue como vice-prefeito, mas não integra mais a estrutura administrativa

Segundo a PF, os quatro servidores cumpriam funções específicas no esquema.

Cafu é suspeito de direcionar licitações e liberar pagamentos à empresa Life Tecnologia Educacional em troca de vantagens indevidas. As investigações indicam que ele teria recebido ao menos R\$ 2,4 milhões. Fernando Gomes de Moraes teria assinado atas de registro de preços e agilizado processos favoráveis à Life median-te propina. Já Rogério Mion atuaria como articulador político, intermediando interesses da empresa em prefeituras e órgãos públicos. Carla Ariane Trindade, ex-cunhada do presidente Lula, é

apontada como integrante do núcleo político da organização, atuando como lobista e intermediando demandas da Life junto a órgãos federais e municipais.

Esquema

A PF afirma que a Life utilizava lobistas para facilitar contratos com prefeituras por meio de licitações direcionadas. O dinheiro obtido era lavado por doleiros, que distribuíam propina em espécie aos envolvidos. Entre 2021 e 2024, a empresa recebeu R\$ 99,3 milhões de Hortolândia, Sumaré e Morungaba. A investigação também identificou R\$ 11,7 milhões ligados possivelmente

à prefeitura de Limeira, totalizando R\$ 111,1 milhões em recursos públicos. Em notas fiscais, o faturamento da Life com esses municípios ultrapassa R\$ 86 milhões.

Nome ainda foragido

A operação também tenta localizar José Aparecido Ribeiro Marin, ex-secretário de Educação de Sumaré na gestão anterior. Segundo as investigações, as suspeitas incluem fraude em licitações, corrupção ativa e passiva, superfaturamento e tráfico de influência. A PF calcula que o esquema teria movimentado cerca de R\$ 128 milhões desde 2021.

Sebrae e PAT Sumaré realizam 15 mil serviços

A Prefeitura de Sumaré divulgou relatório referente a janeiro a outubro de 2025, registrando mais de 15 mil atendimentos realizados pelo Sebrae Sumaré (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e pelo Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT). O Sebrae somou 4.906 atendimentos, entre consultorias, capacitações e orientações a interessados em empreender ou fortalecer seus negócios. 2.486 serviços destinados a pessoas físicas e 2.411 a microempreendedores individuais (MEIs).

O PAT Sumaré contabilizou 10.291 atendimentos, além de 3.181 vagas captadas, 3.457 encaminhamentos e 514 contratações. O desempenho contribuiu para o saldo positivo de 4.197 novos empregos formais até setembro, equivalente a 12% das vagas criadas na cidade, segundo o Caged.

O prefeito Henrique do Paraíso destacou que Sumaré vem se consolidando como cidade empreendedora e geradora de empregos. Já o vice-prefeito André da Farmácia ressaltou o impacto social das ações, apontando que cada atendimento representa novas oportunidades para a população. O secretário de Desenvolvimento Econômico, Ed Carlo Michelin, reforçou que a modernização dos serviços e o fortalecimento de parcerias têm garantido resultados sólidos.

O relatório conclui que a continuidade das ações do Sebrae e do PAT é essencial para ampliar a qualificação profissional.



O município dedica 120 propriedades rurais, das 410, ao cultivo de figo e goiaba

Com safra maior, Valinhos fortalece a sua fruticultura

Valinhos entra na safra 2025-2026 reafirmando seu protagonismo na fruticultura. A cidade segue como maior produtora de figo roxo do Brasil e mantém o 2º lugar nacional na produção de goiaba de mesa. Para esta safra, a estimativa é colher um total de 10 mil toneladas das duas culturas.

Campo fortalecido

Com cerca de 410 propriedades rurais e 1,5 mil trabalhadores, Valinhos dedica 120 delas ao cultivo de figo e goiaba. O figo concentra 40% da área plantada, com previsão de expansão de até 5%. Do total produzido, 65% do figo abastece o mercado interno, como Ceagesp, Rio de Janeiro e Minas Gerais, enquanto o restante segue para exportação, principalmente para Europa, Emirados Árabes e Canadá.

Embora o período tradicional de colheita vá até abril, técnicas de manejo e podas têm garantido produção ao longo de todo o ano, ampliando com-

petitividade. No início da safra, a Secretaria do Verde e da Agricultura promoveu reuniões com produtores para orientar sobre manejo sustentável, controle de pragas e uso eficiente de recursos.

Clima e qualidade

Mesmo diante da instabilidade climática registrada no país, a safra local não foi prejudicada. Segundo o engenheiro agrônomo Henrique Conti, o inverno mais rigoroso atrasou ligeiramente o início da colheita, mas manteve a qualidade. Para o diretor de Agricultura, Pedro Pelegrini, o ciclo deve ser excelente, com boas perspectivas de exportação e preços estáveis no mercado interno. Ele destaca ainda o incentivo da Prefeitura às feiras livres, ampliando a venda direta ao consumidor.

Identidade e tradição

O cultivo das frutas é também parte da memória e da cultura da cidade, impulso-

nada pela tradicional Festa do Figo e Expogoiaba. Em 2026, o evento chega à 75ª edição da Festa do Figo e à 30ª Expogoiaba, entre 16 de janeiro e 1º de fevereiro.

Exportações em alta

O figo destina cerca de 35% da produção ao mercado externo e a goiaba já alcança 7% de exportação. A atemoia também começa a ganhar espaço. Entre os produtores que se destacam está a família Lacarini, com mais de 15 anos de atuação no mercado internacional. Sediada no Recreio dos Cafezais, a propriedade produz cerca de 800 toneladas de figo por safra, sendo 60% para exportação, além de comercializar 150 toneladas de goiaba por ano.

“A visibilidade do figo de Valinhos é excelente dentro e fora do país”, afirma Matheus Lacarini. Ele prevê espaço para novos mercados e produtos nos próximos anos, reforçando o papel da cidade como referência na fruticultura nacional.

CORREIO DAS REGIÕES

Claudio Vieira/Prefeitura de São José dos Campos



A iniciativa integra o Novembro Roxo

São José dos Campos debate prematuridade

O Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, gerenciado pela SPDM, realiza nesta segunda-feira (17), Dia Mundial da Prematuridade, o I Simpósio da Prematuridade. O encontro ocorre no anfiteatro da unidade, das 8h às 17h, reunindo 100 profissionais e estudantes da saúde para troca de conhecimentos e boas práticas no cuidado a recém-nascidos prematuros e suas famílias. A programação inclui palestras e debates divididos

entre manhã e tarde, com temas como prevenção, atenção primária, desafios da amamentação, estímulos terapêuticos, pós-alta e aspectos psicológicos, além de discussão sobre o uso de útero artificial. A ação integra o Novembro Roxo, agora oficialmente reconhecido por lei no Brasil, reforçando a importância da conscientização sobre a prematuridade sob o lema “Garantir Começos Saudáveis para Futuros Brilhantes”.

Jacareí e a arte em cerâmica

O projeto “Caminhos do Barro” encerra sua jornada com a apresentação de um mini documentário que registra encontros, oficinas e histórias sobre a arte popular do Vale do Paraíba e do Alto Tietê. Idealizado pelo Mestre de Cultura Popular Magela e pelo Sítio Acalanto, o projeto homenageia artesãos que transformam a argila

em identidade e preservam saberes ancestrais. O filme reúne depoimentos colhidos em sete cidades paulistas - Jacareí, Santa Isabel, Santa Branca, São José dos Campos, Paraiuna, Pindamonhangaba e Cunha - destacando o valor da cerâmica artesanal. A exibição acontece em 18 de novembro, às 10h, na Casa da Cultura.

Divulgação/Prefeitura de Taubaté



A inscrição pode ser feita no site da Prefeitura

Oficinas de produção de alimentos em Taubaté

Taubaté abriu inscrições, até 24 de novembro, para as oficinas de segurança alimentar do programa Estratégia Alimenta Cidade. As atividades, voltadas à produção de alimentos saudáveis e ao fortalecimento do acesso para populações vulneráveis, serão realizadas nos dias 27 e 28, em parceria com as secretarias de Meio Ambiente e Bem-Estar Animal e de Desenvolvimento e Inclusão Social. O objetivo é aprofundar o diagnóstico da agenda

alimentar urbana e das políticas de segurança alimentar do município, por meio do diálogo entre governo, sociedade civil e atores locais. No dia 27, a oficina será online, das 9h às 12h, com participação do MDS e do Comida do Amanhã. No dia 28, o encontro será presencial no Parque do Itaim, com painéis de ideias, compostagem e rodas de conversa. São 80 vagas disponíveis. A inscrição está disponível no site da Prefeitura do município.

Tatuí aborda inteligência emocional

Empreendedores de Tatuí podem participar gratuitamente da oficina “Seja mais seguro nas decisões da sua empresa com inteligência emocional”, promovida pelo Sebrae Aqui Tatuí em parceria com a Prefeitura e entidades locais. O encontro será no dia 18 de novembro, das 18h às 22h, no Sindicato Rural (Rua XI de Agosto, 1375, Centro). A capaci-

tação abordará como a inteligência emocional pode auxiliar na gestão dos negócios, com temas como gestão das emoções, competências emocionais e ferramentas práticas. As vagas são limitadas e as inscrições podem ser feitas pelo telefone/WhatsApp (15) 3305-4832 ou de forma presencial no Sebrae Aqui Tatuí.

PF: prefeito de Sorocaba tentou lucrar on-line

Relatório aponta uso de vídeos para monetizar crise política

Divulgação/Republicanos



Análise do celular revelou que a monetização era tema entre ele e a primeira-dama

A Polícia Federal afirmou que o prefeito afastado de Sorocaba, Rodrigo Manga (Republicanos), tentou transformar as próprias investigações em fonte de ganho financeiro nas redes sociais.

Segundo o relatório, o “prefeito tiktokker” passou a publicar uma série de vídeos após ser alvo de operação em abril, explorando o caso com objetivo de monetização. Os investigadores dizem que ele e a primeira-dama, Sirlange Maganhato, atuaram de forma coordenada para tirar proveito “econômico e midiático” da crise.

Deboche em vídeos

Para a PF, Manga encenou um “espetáculo bizarro de deboche e desdém” contra a apuração.

Um dos exemplos citados ocorreu em 10 de abril, logo depois da saída dos agentes que cumpriam mandados na casa do prefeito. No vídeo publicado, ele ironiza a ação: “Mandaram a Polícia Federal aqui em casa (...) e acharam algumas coisas: bolo de cenoura, Nutella e o Pokémon que meu filho tanto ama”.

O tom jocoso, segundo a PF, buscava desacreditar a operação e, ao mesmo tempo, ampliar o alcance dos conteúdos.

Conversas

A análise do celular de Manga revelou que a monetização era tema recorrente entre ele e a

primeira-dama. As mensagens mostram Sirlange orientando o prefeito sobre como adaptar os conteúdos para receber mais pelas plataformas digitais. Em uma das conversas, ela diz que os vídeos no TikTok precisariam ter mais de um minuto, porque somente assim seriam remunerados.

Nos materiais publicados, Manga repete que seria alvo de perseguição política. A PF, porém, diz que os vídeos tinham “propósito claro de gerar engajamento e retorno financeiro”, e que o prefeito “zomba, audaciosa e desavergonhadamente, dos órgãos responsáveis pela persecução penal”.

Reação da PF

A corporação rebateu a narrativa de perseguição, classificando-a como “leviandade” e um ataque direto à honra dos agentes envolvidos.

Para os investigadores, as críticas criam uma falsa versão dos fatos, construída para desviar o foco das suspeitas.

Por esse motivo, a PF pediu ao Judiciário que retire o sigilo do caso, alegando que a publicidade é a única forma de restabelecer a verdade. “A maneira de reparar a honra dos servidores atacados é o levantamento total do sigilo, permitindo que a sociedade fiscalize

integralmente os autos e verifique o respeito às normas, afastando qualquer ideia de perseguição política”, diz trecho do relatório.

Afastamento

Manga está afastado desde 6 de novembro por decisão judicial. De acordo com a operação Cópia e Cola, da PF, ele é suspeito de chefiar um esquema de desvio de recursos da saúde no município.

Segundo informações, no dia do afastamento, os advogados da defesa chamaram o inquérito de “nulo” e acusaram a PF de perseguição política.

Araraquara recebe Selo de Ouro da FIESP em segurança alimentar

Divulgação/Araraquara



O Selo Ouro reconhece a atuação da cidade na promoção da SAN

Araraquara recebeu o Selo Ouro do programa “Alimentar o Futuro” da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em cerimônia realizada nesta terça-feira (11), na sede da entidade, em São Paulo. A premiação reconhece a atuação da cidade na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), especialmente em ações voltadas à infância.

O Selo FIESP – Alimentar o Futuro 2025 é concedido a empresas e municípios paulistas que se destacam por iniciativas estruturantes e políticas públicas que garantem o direito à alimentação adequada e saudável.

Na categoria “Municípios”, o Selo Ouro é o mais alto reconhecimento, atribuído àqueles que atingem pontuação máxima nos critérios de avaliação — incluindo o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CON-

SEA), da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), execução do Plano Municipal de SAN e a existência de programas ativos de promoção da alimentação saudável.

O secretário municipal de Agricultura e Abastecimento, João Henrique de Souza Freitas, celebrou a conquista: “O Selo Ouro é um marco im-

portante que valoriza as políticas públicas implementadas em Araraquara. Ele demonstra que estamos no caminho certo ao promover ações integradas para fortalecer a segurança alimentar e nutricional, especialmente das nossas crianças”, afirmou.

“Esse reconhecimento reforça o compromisso de Araraquara com a garantia do direito humano à alimentação adequada. É o resultado de um esforço coletivo que envolve

poder público, conselhos, agricultores e toda a rede socioassistencial”, destacou Paula Fernanda de Oliveira, chefe da Divisão de Segurança Alimentar.

O programa “Alimentar o Futuro” faz parte das ações do Conselho Superior de Responsabilidade Social da FIESP, com o objetivo de valorizar municípios e empresas que alinham suas

práticas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e à Agenda ESG (Ambiental, Social e de Governança).

Com o Selo Ouro, Araraquara passa a integrar o grupo de municípios parceiros da FIESP, podendo utilizar a certificação em suas campanhas institucionais, materiais de comunicação e eventos oficiais, ampliando a visibilidade das políticas públicas de segurança alimentar que vêm sendo referência no estado.

Rio Preto quer 138 mil árvores até 2035

A Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo apresentou, na Câmara Municipal, o Diagnóstico da Cobertura Florestal Urbana e Microclima e o Plano de Arborização Urbana de São José do Rio Preto. O estudo, elaborado pelo GETMA/Esalq-USP entre 2024 e 2025, indica que 16,67% do solo urbano é coberto por copas de árvores.

A meta é chegar a 33 mil novas árvores até 2026 e 128 mil até 2035, priorizando áreas mais quentes do setor Norte e parte do Leste.

O diagnóstico mostra que a arborização pode reduzir até 58% dos gastos de infraestrutura e gerar economia anual de R\$ 6 milhões. Uma árvore adulta equivale ao resfriamento de quatro aparelhos de ar-condicionado ligados por 20 horas.

“Implantar florestas urbanas é investir na saúde, no conforto e no futuro sustentável da cidade. Uma Rio Preto mais verde é também uma cidade mais inteligente e resiliente”, concluiu o secretário Paulo Pagotto Júnior.

Desafios e soluções

Apesar dos avanços apontados pelo estudo, Rio Preto ainda enfrenta desafios urbanos. Redes elétricas baixas, calçadas estreitas, garagens e guias rebaixadas limitam o plantio de espécies de maior porte, o que exige planejamento criterioso para evitar conflitos futuros.

Outro ponto é a ampliação da diversidade vegetal. Em 2019, havia 3.134 árvores de 96 espécies, com grande predominância do oiti, que representava 62% do total. Desde então, a variedade aumentou 49% gra-

ças ao manejo e à expansão dos viveiros municipais.

Planejamento até 2035

O plano prevê fases de diagnóstico, planejamento, plantio, expansão e monitoramento contínuo, com inventário digital e banco de sementes certificadas. O objetivo é transformar ruas em corredores verdes que ampliem sombra, conforto térmico e resiliência urbana. O documento ficará disponível para consulta pública e deverá orientar ações e projetos de arborização a partir de 2026.

Por Isabel Dourado

O impasse sobre quem deve arcar com os custos da crise climática continua sendo o grande ponto de debate nas Conferências das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Na COP30, que chega à segunda semana de negociações e vai até dia 21 de novembro em Belém (PA), o tema do financiamento está presente em todos os espaços, mas países ricos seguem resistindo a abrir o cofre e repassar recursos para ações de mitigação e adaptação climática dos países em desenvolvimento.

Márcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, que está acompanhando a Conferência em Belém, avalia, em entrevista ao Correio da Manhã, que a COP30 começou de forma tranquila. Segundo ele, a primeira semana poderia ter sido marcada por disputas ou conflitos entre os países na definição dos principais itens da agenda, um momento tradicionalmente sensível nas conferências climáticas, entretanto os embates não ocorreram. Astrini afirma que neste primeiro momento o governo brasileiro desempenhou um papel estratégico e conseguiu retirar as pautas consideradas mais polêmicas da agenda oficial e colocá-las em um grupo separado de discussão.

Agendas sensíveis

“São quatro agendas consideradas sensíveis. A primeira é o financiamento público para a agenda de clima, ou seja, recursos provenientes do cofre dos países ricos para financiar os países em desenvolvimento. A segunda é a falta de ambição nas promessas dos países, conhecidas como Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), muitas não foram entregues e, entre as que foram, poucas apresentaram metas suficientes das ações que serão executadas no combate às mudanças climáticas”. Segundo ele, o desafio é justamente fechar essa lacuna de ambição das metas.

A terceira agenda que ficou de fora neste momento é a da transparência. Trata-se de estabelecer critérios técnicos e científicos para medir o cumprimento das metas climáticas de maneira uniforme entre os países.” Ele explica que o objetivo da agenda da transparência é reduzir a dependência autodeclaratória das metas de redução de gases de efeito estufa adotadas pelos países. Dessa forma, seriam criadas regras e parâmetros que permitam medir e verificar o cumprimento dessas metas. O quarto item da agenda envolve as medidas unilaterais econômicas, especialmente no comércio internacional.

Cenário complexo

Astrini avalia que a destinação de dinheiro pelos países ricos para que países em desenvolvimento possam estabelecer políticas voltadas à mitigação e adaptação climática continua sendo o grande desafio das negociações das Conferências. Especialistas ouvidos pela reportagem admitem que o cenário é complexo e preocupante, especialmente em países que não têm capacidade financeira para arcar com as questões das mudanças climáticas.

Em concordância com Astrini, a professora e geógrafa Núbia Beray Armond, da Universidade de Indiana, nos Estados Unidos, aponta que em alguns casos, o orçamento básico dos países é insuficiente para necessidades essenciais, como combater a fome. Segundo ela, isso torna quase impossível pensar em grandes inves-



Tânia Rêgo/Agência Brasil

COP30:

Primeira semana ficou mais nas promessas

Financiamento para manter florestas continua sendo maior desafio

Bruno Peres/Agência Brasil



PARA ESPECIALISTAS, INDÍGENAS FORAM EXCLUÍDOS DO DEBATE

timentos em energia limpa ou políticas climáticas. “Sabemos que muitas dessas formas de alcançar determinadas metas climáticas exigem recursos financeiros. Para os países em desenvolvimento, ou como alguns chamam, os países da periferia do capitalismo, isso representa um desafio duplo: não é só a falta de dinheiro, mas também a ausência de infraestrutura e capacidade técnica que torna a implementação dessas medidas ainda mais desafiadoras.”

Mitigação

Armond alerta que as mudanças climáticas estão avançando rapidamente e que, embora se discuta a redução das emissões e do desmatamento para manter o aquecimento abaixo de 1,5° C, esse limite já vem sendo superado. De acordo com a geografia, já enfrentamos outro patamar de cenário climático, em comparação com a Confe-



Corrêa do Lago e ministra Sônia Guajajara: temas polêmicos em agendas paralelas

rências anteriores (COP28 e COP29). Por isso, a necessidade de ações concretas é urgente. “A mudança climática fez a dinâmica atmosférica escalar de forma muito rápida. Nós vimos ao longo de vários meses seguidos de 2023, 2024 e também 2025 as temperaturas ultrapassando esse limite de maneira sustentada. De certa forma, estamos tentando fazer um discurso para correr atrás de um prejuízo que já está dado, e os impactos disso já estão sendo sentidos, de fato.”

Combustíveis fósseis

Paulo César Zangalli, professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), afirma que até

agora as ações da COP30 foram bastante pontuais e direcionam o debate para o campo da implementação. Os próximos dias devem ser marcados por muita negociação. Zangalli cita o avanço na captação de recursos para o Fundo Florestas Tropicais Para Sempre (TFFF na sigla em inglês), iniciativa multinacional voltada à conservação e restauração de florestas tropicais, que já recebeu o aporte de US\$ 5,6 bilhões. “O Fundo Florestas para Sempre, por exemplo, o TFFF, é um mecanismo que está fora da agenda principal, mas foi anunciado e tem potencial para mobilizar uma agenda de financiamento, inclusive para compor parte do que está no mapa do caminho para os 1,3 trilhões. Mas ainda é insuficiente na questão do financiamento.”

Outro ponto positivo citado pelos especialistas é à criação de uma certificadora nacional para crédito de carbono. “Isso é um avanço importante no âmbito do mercado de carbono e está dentro daquilo que o governo quer mobilizar, que é a agenda de implementação. Então essa é uma medida importante dentro da lógica do mercado regulado e do Acordo de Paris”, pontua o geógrafo.

Tanto Zangalli quanto Astrini chamam atenção para outro tema considerado sensível nas Conferências: o abandono dos combustíveis fósseis baseado na transição energética.

“A COP começou muito tranquila, diferente de outras.

Não houve bloqueio de agenda, mas quando o embaixador André Corrêa do Lago falou sobre questões ligadas à ambição, aí voltaram os velhos conflitos, especialmente os países árabes travando o debate para qualquer distanciamento dos combustíveis fósseis”, criticou Paulo Zangalli.

Povos indígenas

Zangalli afirma que é crucial garantir a escuta dos povos indígenas e cita a tentativa do povo Mundurucu de ocupar a Zona Azul para reivindicar maior participação nas discussões da COP30. “As vozes dissonantes foram impedidas de acessar os espaços. O governo obviamente, num espaço que funciona pelo consenso, tentou frear qualquer voz dissonante nesse sentido. Os povos indígenas são aqueles que mais preservam a floresta, os que menos contribuem para as emissões, e os que têm apresentado alternativas. Eles foram impedidos de ter voz nesses espaços. Então isso é um problema real de participação.”

A CEO da COP30, Ana Toni, afirmou em entrevista coletiva que os protestos indígenas são “legítimos” e “parte da democracia brasileira”. Ela afirmou que a presença indígena dentro e fora da área oficial de negociação é central para a Conferência. “O presidente Lula poderia ter escolhido São Paulo ou Rio de Janeiro, mas não veríamos os povos indígenas como estamos vendo aqui, e estamos dialogando com eles”, afirmou. Ana Toni também disse que esta é a “COP mais inclusiva para os povos indígenas.”

Astrini frisa que a manifestação dos indígenas faz parte de um ambiente democrático, mas admite que as Conferências Climáticas são espaços que provocam muita exclusão.

“A COP está acontecendo em um ambiente democrático, coisa que não aconteceu nas últimas duas Conferências. As manifestações e marchas fazem parte de um ambiente democrático. Agora, nas conferências do clima, elas são provadas e sabidas: são espaços que provocam muita exclusão. Os indígenas estão sendo dizimados, estão lutando pela sua sobrevivência e demonstrando o quanto querem ser ouvidos.”

Bruno Peres/Agência Brasil



Apesar das manifestações, início de COP tranquilo